

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

VIVIANE SANFELICE

DETERMINANTES DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL
RELAÇÃO ENTRE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS E DESEMPENHO ELEITORAL

SÃO PAULO
2010

VIVIANE SANFELICE

DETERMINANTES DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL
RELAÇÃO ENTRE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS E DESEMPENHO ELEITORAL

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Campo de conhecimento:
Microeconometria aplicada

Orientador: Prof Dr Sergio Pinheiro Firpo
Co-orientador: Prof Dr Vladimir Pinheiro Ponczek

SÃO PAULO
2010

Sanfelice, Viviane.

Determinantes do Voto para Deputado Federal - Relação entre Emendas Orçamentárias e Desempenho Eleitoral / Viviane Sanfelice. - 2010.

52 f.

Orientador: Sergio Pinheiro Firpo

Dissertação (mestrado) - Escola de Economia de São Paulo.

1. Deputados federais -- Brasil. 2. Eleições -- Brasil. 3. Desempenho -- Avaliação. 4. Orçamento -- Brasil -- Aspectos políticos. 5. Voto -- Brasil. I. Firpo, Sergio. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Economia de São Paulo. III. Título.

CDU 324(81)

VIVIANE SANFELICE

DETERMINANTES DO VOTO PARA DEPUTADO FEDERAL
RELAÇÃO ENTRE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS E DESEMPENHO ELEITORAL

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Campo de conhecimento:
Microeconometria aplicada

Data da aprovação

___/___/___

Banca Examinadora

Prof Dr Sergio Pinheiro Firpo
EESP – FGV

Prof Dr Vladimir Pinheiro Ponczek
EESP – FGV

Prof Dr João Manoel Pinho de Mello
PUC – Rio

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, por ter sempre me guiado e protegido.

Ao meu orientador por ter me sugerido este tema e por ter dedicado seu tempo a me atender e pacientemente discuti-lo. Agradeço ao meu co-orientador pelas sugestões e atenção.

Aos professores da Escola de Economia de São Paulo, em especial ao Professor Enlinson Mattos pelas oportunidades no centro de pesquisa.

Agradeço os estudiosos da área que de alguma forma contribuíram para este trabalho. Em especial ao Professor Carlos Pereira pela disponibilidade em participar da minha banca de qualificação e pelas sugestões feitas nesta ocasião. Ao Professor David Samuels que gentilmente me enviou seus dados sobre gastos de campanha. À Glauco Silva que me disponibilizou a versão final de sua tese e a Lara Mesquita que me explicou sua metodologia para o cálculo do valor das emendas.

Agradeço aos colegas de Mestrado, especialmente Simone Friche e a Stefânia Grezzana que me ajudaram de diversas formas.

Agradeço a minha prima Fernanda e a Paula pela grande ajuda ao me hospedarem nos primeiros meses de Mestrado.

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Silvana, a quem agradeço imensamente pelos esforços para que eu pudesse estudar, por todo ensinamento e por sempre estarem ao meu lado. Agradeço aos meus irmãos, Cristiane e João Paulo e com carinho ao Raphael pelo incentivo e companheirismo.

Resumo

Obter votos é crucial para todo político que se submete a uma eleição. Sendo assim, este trabalho se dedica a investigar variáveis que afetem a votação de deputados federais candidatos a reeleição na Câmara Federal, dando ênfase à relação entre provisão de emendas e desempenho eleitoral. Para verificar a importância das emendas na competição eleitoral, as eleições municipais intermediárias também são exploradas. Os dados utilizados abrangem as eleições e Orçamento Federal do período de 1994 a 2006. Como resultado se verifica que aspectos ligados às características individuais dos deputados têm forte poder explicativo sobre os votos totais obtidos por estes. Adicionalmente, encontra-se evidência de um efeito local das emendas sobre os eleitores e que a relação estabelecida entre deputado e município determina grande parte da votação municipal obtida em uma tentativa de reeleição.

Palavras-chave: Voto. Emenda Orçamentária. Deputado Federal. Eleições. Município.

Abstract

Getting votes is crucial for any politician who is undergoing an election. Thus, this study is dedicated to investigate variables that affect the vote of incumbent deputy in Brazilian Congress who attempt to re-election, emphasizing the relationship between provision for budget amendments and electoral performance. To verify the importance of amendments on the electoral competition, the elections in the municipalities are also explored. The data used cover the elections and the Federal Budget for the period 1994 to 2006. Individual characteristics of members have strong explanatory power on the total votes obtained. Additionally, there is evidence of a local effect of the amendments over the voters and the relationship between deputy and municipality seems to determine most part of the municipal voting obtained in an attempt to re-election.

Key-words: Vote. Budget Amendment. Deputy. Elections. Municipality.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Gasto em investimento do orçamento da união.

Tabela 2 – Média e desvio padrão (entre parêntesis) de características dos candidatos a deputado federal por eleição e resultado eleitoral.

Tabela 3 – Comparação entre os deputados federais eleitos nas eleições de 1994, 1998 e 2002 que concorreram ou não a reeleição.

Tabela 4 - Distribuição das emendas por categoria (%)

Tabela 5 – Estatísticas de emendas individuais com valor executado diferente de nulo. Valores em reais de 2008.

Tabela 6 – Estatística do valor total recebido de emendas individuais por municípios. Valores em reais de 2008.

Tabela 7 – Porcentagem de municípios por valores recebidos de emendas.

Tabela 8 – Regressão linear. Variável dependente: porcentagem de votos na eleição municipal.

Tabela 9 – Modelo Probit. Variável dependente: Variável indicadora eleito ou não.

Tabela 10 – Regressão com observações agregadas. Variável dependente: votação total absoluta recebida pelo deputado.

Tabela 11 – Regressão modelos desagregados. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

Tabela 12 – Regressão modelos desagregados. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

Tabela 13 – Regressão com índices de dominância e dispersão. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

Tabela 14 – Descrição das variáveis do modelo agregado.

Tabela 15 – Descrição das variáveis do modelo desagregado.

Tabela 16 – Estatística descritiva da amostra dados agregados por candidato.

Tabela 17 – Estatística descritiva da amostra dados desagregados.

Tabela 18 – Voto total obtido pelo deputado regredido contra *dummies* de partido.

Tabela 19 – Probit: dummy emenda executada no município.

Tabela 20 – Regressão do modelo simplificado com despesa de campanha como regressor. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

Sumário

1	Introdução	9
1.1	As eleições para deputado federal	11
1.2	Orçamento Federal	13
2	Contexto Teórico.....	15
3	Estatística Descritiva	19
3.1	Dados.....	19
3.2	Descrição dos dados	21
3.2.1	Universo de análise: deputados federais	21
3.2.2	Universo de análise: emendas orçamentárias	24
4	Emendas e eleições municipais	30
5	Metodologia	33
6	Resultados	35
6.1	Modelo agregado.....	35
6.2	Modelos com dados desagregados por municípios	37
7	Considerações finais.....	41
	Referências bibliográficas	42
	Apêndice	44
	Modelo usando índices de dominância e dispersão.....	44
	Anexo	47
	Descrição das variáveis	47
	Estatística decritiva da amostra	48
	Regressões adicionais.....	50

1 Introdução

O voto é o fator central de uma eleição, seja para os eleitores que expressam por meio deste suas preferências políticas, seja para os políticos que dependem dele para alcançar os cargos almejados. Um dos temas levantados pela Teoria Democrática é o uso do voto como forma de punir ou recompensar os representantes, bons políticos seriam reeleitos, enquanto que os menos eficientes seriam afastados (POWELL, 2000 apud NICOLAU, 2002). Deste ponto de vista, as eleições servem para manter o governo responsável pelos resultados de suas ações passadas. Por anteciparem o julgamento dos eleitores, os governantes são induzidos a escolher políticas, acreditando que elas serão bem avaliadas pelos cidadãos no momento da próxima eleição (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 2006). Sendo assim, um dos fatores que afetaria o desempenho do político em uma eleição seria seu comportamento e sua história enquanto no poder.

No âmbito das eleições parlamentares, o sistema de lista aberta com representação proporcional tem sido considerado um grande contribuinte para a baixa institucionalidade dos partidos no Brasil (CAREY; SHUGART, 1995, MAINWARING, 1991, AMES 1995, NICOLAU, 2006). O sistema de representação proporcional com lista aberta foi introduzido no país em 1932. Neste sistema as vagas são divididas entre os estados (distritos eleitorais) e alocadas entre os partidos segundo um quociente eleitoral. Os eleitores, por meio do voto individual em um candidato, determinam a ordem da lista partidária. Assim, os candidatos mais votados recebem as vagas adquiridas pelo partido. A competição entre os membros do partido por uma melhor colocação na lista partidária faz com que o candidato não possa se apoiar apenas na legenda do partido e necessite de algum diferencial para obter votos (SAMUELS, 1999). Aliado a isto, fatores como a ampla magnitude dos distritos eleitorais e a existência de múltiplos partidos podem contribuir para o individualismo de concorrentes a cargos legislativos. Deste modo, as regras eleitorais brasileiras enfraqueceriam o sistema partidário e impulsionariam um comportamento individualista do candidato a deputado federal, o qual tenderia a buscar atenção particular e, conseqüentemente, o voto pessoal.

Evidências apontam para vantagens dos políticos no poder, Lee (2008) mostra que os congressistas norte-americanos apresentam vantagens eleitorais por estarem no poder. No Brasil, até a eleição de 1998, os incumbentes tinham direito de se candidatarem automaticamente a reeleição, independente da decisão do partido. Assim, estar no poder pode trazer ao político benefícios eleitorais. Adicionalmente, as regras eleitorais parecem estimular

o voto personalizado. Assim, em vista de garantir a reeleição, deputados federais tenderiam a buscar políticas que promovam a sua reputação individual.

As regras do orçamento brasileiro e sua ligação com outros campos políticos possibilitam a análise das preferências e estratégias políticas dos representantes. A visão pública e desenvolvida por alguns estudos acadêmicos é de que os políticos brasileiros se elegem por meio de práticas distributivas junto ao ambiente eleitoral (MESQUITA, 2008). Uma vez eleito, o parlamentar pode usar de instrumentos políticos para se manter em tal posição. A possibilidade de direcionar recursos através de emendas ao orçamento seria um desses instrumentos, os políticos podem adotar a estratégia de favorecer financeiramente certas localidades com o objetivo de receber os votos destas regiões.

Em seu artigo sobre o sistema eleitoral brasileiro de lista aberta Nicolau (2006) cita a pesquisa de Carvalho (2000) sobre a classificação dada pelos deputados federais brasileiros de itens importantes para o sucesso eleitoral.

O primeiro dado que salta aos olhos é a importância central da conexão com a vida municipal. A visita frequente aos municípios onde o deputado foi bem votado aparece no topo como atividade de maior importância [...] A seguir, aparece a liberação de emendas do orçamento e a intermediação do pleito dos prefeitos e lideranças locais. (NICOLAU, 2006 p. 706)

Alguns trabalhos têm sido feitos na tentativa de relacionar a constituição do orçamento público com o interesse político dos parlamentares. Mais precisamente, estes estudos procuram explorar a ligação entre emendas e resultado eleitoral (PEREIRA E RENNÓ, 2003, SAMUELS, 2002, MESQUITA, 2008). Entretanto, não há um consenso entre os resultados de que a proposição de emendas contribui para aumentar as chances de reeleição do deputado. Além disso, a maioria dos trabalhos empíricos utiliza o candidato como unidade de análise e consideram a reeleição do mesmo como variável dependente. Por conseguinte, não é possível medir diretamente o impacto de emendas destinadas às localidades sobre o retorno eleitoral do deputado. Adicionalmente, ainda não há estudos que procurem medir empiricamente os determinantes do voto para cargos legislativos no Brasil.

A adaptação do modelo do voto pessoal ao Brasil baseia-se quase que exclusivamente na identificação dos incentivos gerados pela legislação eleitoral. A correspondência entre os alegados incentivos e os dados empíricos que a comprovariam é antes sugerida que demonstrada. (LIMONGI, FIGUEIREDO, 2002 p. 312)

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar elementos que afetem o voto de candidatos à reeleição na Câmara Federal. Sobretudo, relacionar, entre outras variáveis, o

efeito das emendas orçamentárias individuais sobre os votos obtidos pelo parlamentar. Para tanto, pretende-se explorar os benefícios de ter como unidade de observação o desempenho eleitoral do candidato no município. Felizmente, as informações sobre as emendas também podem ser obtidas em nível de município, o que possibilita estudar o efeito das mesmas sobre a votação recebida pelos parlamentares nas localidades para as quais estes recursos foram direcionados. Para investigar a importância das emendas na competição eleitoral, adicionalmente analisa-se a ligação entre emendas e desempenho eleitoral de deputados que participam das eleições municipais intermediárias.

O estudo abrange as 50^a, 51^a e 52^a legislaturas e as três últimas eleições para a Câmara Nacional, 1998, 2002 e 2006. São utilizados dados de deputados eleitos que participam da próxima eleição. A princípio a unidade de análise é o deputado no distrito eleitoral pelo qual concorre a reeleição. Posteriormente, a fim de explorar a heterogeneidade entre os municípios e captar um efeito local, utiliza-se dados desagregados do parlamentar nos municípios do estado pelo qual ele se candidatou a reeleição. Para uma análise particular também são empregados dados de deputados que concorrem ao cargo de prefeito nas eleições municipais que acontecem durante o segundo ano de mandato na Câmara.

A seguir são introduzidas informações a cerca das eleições para representantes na Câmara Federal e as regras orçamentárias para proposição de emendas. Na segunda seção é feita uma revisão dos principais trabalhos que envolvem o tema tratado aqui e que relacionam emendas e resultado eleitoral. A seção 3 descreve estatisticamente os dados utilizados, enquanto que a 4 investiga a ligação entre emendas e resultado eleitoral nas eleições municipais. A quinta explica a metodologia empregada e o cálculo de algumas variáveis. Na seção 6 são apresentados os resultados dos modelos testados e na última, as considerações finais.

1.1 As eleições para deputado federal

A eleição de representantes na Câmara Federal é regimentada pelo sistema de representação proporcional com lista aberta. Os distritos eleitorais são formados pelas unidades federativas do país. Cada estado tem direito a um mínimo de oito e máximo de setenta vagas. Estas vagas são divididas segundo o total de votos conquistados pelos partidos, os quais podem fazer coligações para aumentar a totalidade de votos e, por conseguinte, terem maiores chances de adquirir cadeiras. Os candidatos mais votados dos partidos ou coligações

recebem as vagas conquistadas por estes. Por isto, esse sistema é considerado de lista aberta, são os eleitores que escolhem a ordem dos candidatos na lista partidária. Um ponto peculiar do sistema brasileiro é a possibilidade do eleitor votar em um candidato específico ou em um partido (voto de legenda). Contudo, tem sido tímido o uso desta segunda opção (PEREIRA, RENNÓ, 2003). Ambos os votos são computados para o total do partido, no entanto, o voto de legenda é utilizado apenas para distribuir as vagas do estado entre os partidos.

Para calcular o quociente eleitoral são somados os votos válidos no distrito e divididos pelo número de cadeiras pertencentes ao estado. Em seguida, os votos totais dos partidos são divididos pelo quociente, cada partido recebe o número de cadeiras equivalente a quantidade de vezes que atingiu o quociente eleitoral. Após esta distribuição, caso ainda restarem cadeiras, a alocação é feita pelo sistema de maiores médias. O total de votos de cada partido é dividido pelo número de cadeiras que ele elegeu mais um; os que apresentarem maiores resultados obtêm as vagas restantes. Finalmente, os candidatos mais votados do partido recebem as cadeiras adquiridas por este (NICOLAU, 2002). No entanto, tal sistema de votação

[...] associado à escolha de outros cargos pelo sistema majoritário na mesma eleição, acabou contribuindo para reforçar nos eleitores a falsa impressão de que as eleições para a Câmara dos Deputados são feitas segundo uma regra majoritária em que todos os candidatos concorrem entre si. (NICOLAU, 2006, p.692)

Muito embora os candidatos busquem votos individualmente, já que necessitam adquirir boa colocação na lista partidária e de grande parte dos eleitores acreditarem que um candidato se elege apenas por meio da soma de seus votos, conforme visto, os concorrentes a deputado federal também dependem do desempenho do partido. Na eleição de 2002, Enéas Carneiro foi o candidato eleito pelo estado de São Paulo com maior número de votos, por volta de um milhão e meio. Já o eleito menos votado neste distrito, cujo partido é o mesmo de Enéas, obteve apenas 275 votos. Ainda neste mesmo estado, o candidato com mais votos que obteve o título de suplente, conquistou aproximadamente 128 mil votos, porém não conseguiu se eleger segundo as regras eleitorais. Assim, a quantidade de votos adquiridos não é condição suficiente para conquistar o cargo de deputado federal. O resultado eleitoral final do candidato, ser eleito ou não, depende de um conjunto de fatores tais como desempenho do partido e dos demais concorrentes, conjuntura política, econômica local e nacional, os quais são alheios ao candidato. Por conseguinte, acredita-se que o voto individual é a forma direta

de relacionar político e eleitores, e por esta razão será empregado aqui como variável dependente.

1.2 Orçamento Federal

Este tópico se propõe a explicar as regras do processo orçamentário, destacando a participação do Congresso e os aspectos ligados às emendas, uma vez que estas constituem em uma das variáveis de interesse para explicar voto.

Após a Constituição de 1988, ficaram estabelecidos três instrumentos responsáveis pela regulamentação, planejamento e distribuição dos recursos federais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA corresponde a um período de quatro anos e tem como função orientar a elaboração dos demais planos. A LDO é anual, sendo responsável por traçar as metas fiscais, resultados dos programas e prioridades do governo. A LOA é o projeto orçamentário propriamente, ela deve ser elaborada anualmente, sendo composta de três partes: o orçamento fiscal, de seguridade social e de investimento das empresas. O poder Executivo que tem como função planejar e coordenar a proposta à LOA, estimando as receitas e direcionando as despesas. Cabe ao Legislativo aprovar o Projeto de Lei Orçamentária (PLO) enviado pelo Executivo. É possível que o Congresso proponha mudanças ao projeto por meio de emendas. Estas podem ser de autoria de redatores, comissões ou deputados e senadores individualmente. Os recursos necessários para viabilizar emendas devem necessariamente vir da anulação de despesas já previstas no orçamento proposto pelo Executivo, sendo que gastos com pessoal, encargos da dívida e transferências tributárias intergovernamentais não podem ser cortados. As despesas correntes também não devem ser alteradas. Somente os gastos destinados a investimento estão sujeitos a serem remanejados (ver Tabela 1). É nesta rubrica que tanto o Executivo quanto o Legislativo têm maior liberdade para a alocação de recursos, dada a vinculação constitucional dos demais gastos (MESQUITA, 2008).

No Congresso, o órgão responsável pela análise da proposta do orçamento é a CMO (Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, ou abreviadamente, Comissão Mista do Orçamento). Ela é composta por deputados e senadores, dentre os quais são escolhidos um relator geral e mais sete relatores setoriais, que são responsáveis pela regulamentação das modificações feitas pelos parlamentares.

Tabela 1 – Gasto em investimento do orçamento da união.

	% Investimento/Orçamento excluído custos da dívida
1996	3,20
1997	3,19
1998	2,85
1999	2,00
2000	2,73
2001	3,80
2002	2,31
2003	1,31
2004	2,18
2005	2,46
2006	2,94

Fonte: Mesquita (2008)

Após 1995, mudanças institucionais na CMO permitiram uma maior descentralização do poder dos relatores. Nesse mesmo ano, a comissão restringiu o número e valor máximo por parlamentar em 20 emendas e 1,5 milhões de reais¹. Com isto, uma distribuição mais uniforme de recursos entre os deputados pôde ser garantida (LIMONGI, FIGUEIREDO, 2002).

Em geral, os parlamentares demonstram interesse nos recursos disponibilizados por meio das emendas e empregam grande tempo em busca da aprovação das mesmas (SAMUELS, 1998). Contudo, embora as despesas do PLO sejam autorizadas, isso não necessariamente implica em execução. Tal decisão cabe ao Executivo; os deputados não têm a segurança de que suas emendas serão efetivamente atendidas.

Pode-se notar que o parlamentar tem autonomia apenas na determinação geográfica da emenda orçamentária e a divisão dentro dos limites quanto ao número de emendas e seus respectivos valores monetários. [...] cabe aos deputados indicar qual a sua zona espacial de interesse. Isso implica dizer que existe a chance para o parlamentar escolher a destinação geográfica de parcelas dos recursos orçamentários de acordo com interesses específicos. (SILVA, 2009 p.113)

Apesar das limitações dadas pelas regras orçamentárias, o uso das emendas individuais é o modo direto que o parlamentar tem para direcionar recursos públicos para uma determinada localidade e por este motivo será empregado como um dos fatores determinante do voto na eleição seguinte.

¹ Tal regra passou a ser seguida em 1996 na elaboração do orçamento com execução em 1997.

2 Contexto Teórico

Esta seção apresenta o contexto no qual este estudo está envolvido e os principais trabalhos relacionando as eleições para o cargo no Legislativo nacional e orçamento federal. Primeiramente, são introduzidas as visões a cerca do sistema eleitoral brasileiro para o cargo de deputado federal. Em seguida são citados estudos que analisam o processo orçamentário propriamente. Finalmente, são comentados trabalhos que relacionam emendas e resultado eleitoral.

Usando a idéia desenvolvida a partir do sistema norte-americano, a visão tradicional adotada pelos estudiosos é de que as regras eleitorais brasileiras geram incentivos ao individualismo dos candidatos e ao voto personalizado. Mainwaring (1991) alega que a fragilidade do sistema político no Brasil é consequência das regras eleitorais, as quais enfraquecem o sistema partidário e geram incentivos para que os políticos estruturem suas carreiras privilegiando laços pessoais e não partidários com seus eleitores. Tal concepção corrobora a hipótese de que políticos, buscando destaque pessoal, adotam estratégias distributivas junto ao eleitorado.

Contudo, em trabalhos mais recentes têm surgido outros pontos de vista a respeito do sistema eleitoral e político no Brasil. Um grupo de autores concorda com a idéia tradicional de que a descentralização dos partidos aconteça na arena eleitoral. No entanto, eles alegam que no sistema legislativo propriamente, isto não ocorre. Ou seja, os partidos apresentam papel importante no sentido de coordenar as ações dos deputados na Câmara. Para Pereira (2000), não há contradição na coexistência de partidos fracos na arena eleitoral e forte no Congresso. O sistema político brasileiro gera incentivos paradoxais, os quais afetam o controle dos partidos sobre seus membros. Para este grupo, a carreira política ainda está fortemente conectada às habilidades do deputado em reforçar seus interesses locais usando o orçamento federal. O sucesso de um político dependeria proporcionalmente da quantidade de recursos gastos na sua área de influência, porque estes recursos garantiriam o controle político sobre algumas regiões e conseqüentemente, se tornariam votos nas próximas eleições (SILVA, 2009).

Já um terceiro grupo de estudiosos contesta a idéia de que os candidatos consigam apresentar um comportamento tão individualizado e independente do partido nas duas arenas, eleitoral e legislativa.

[...] o sistema político brasileiro não gera as condições motivacionais, e nem mesmo as institucionais, para que políticos baseiem suas carreiras políticas exclusivamente em vínculos pessoais e partidários com os eleitores e com o Executivo. Não se pode assumir que, do ponto de vista dos retornos eleitorais buscados, congressistas tenham preferências homogêneas quanto ao tipo de política pública a ser privilegiada. Os políticos têm a seu dispor várias estratégias para obter mandatos representativos e o Congresso é constituído por políticos que perseguem objetivos diversos. (LIMONGI, FIGUEIREDO, 2002 p.305)

Para estes autores, as regras orçamentárias restringem a participação e acesso do parlamentar aos recursos federais. Adicionalmente, não visam atender única e exclusivamente ao interesse eleitoral imediato e individual dos congressistas.

Analisando internamente o processo orçamentário, alguns trabalhos, sobretudo, em Ciência Política tentam avaliar a relação entre o poder Legislativo e Executivo gerada pelo processo de elaboração, aprovação e execução do orçamento. Pereira e Mueller (2002) mostram que as votações na Câmara podem ser usadas como “moeda de troca” para a aprovação de emendas individuais. Os autores revelam que há uma relação entre execução de emendas e a posição favorável ao governo por parte do parlamentar. Assim, a liquidação de emendas dependeria da troca de favores entre o Planalto e legisladores; deputados que apóiam o governo teriam como recompensa maior probabilidade de execução de suas emendas. Contrariamente, Limongi e Figueiredo (2002, 2005) argumentam que o Executivo favorece a execução de emendas coletivas e é capaz de canalizar as demandas dos parlamentares interiorizando-as no seu programa, por isso executa também as emendas de deputados da oposição e daqueles que não votam a favor do governo no Congresso.

Com foco na relação entre emendas e resultado eleitoral propriamente, Ames (1995b) foi um dos primeiros autores a relacionar o sistema orçamentário e eleitoral brasileiro. Partindo da visão tradicional a respeito das eleições brasileiras, o autor testa empiricamente a hipótese de que deputados realizam políticas distributivas junto ao eleitorado para manter seus eleitores e conquistar novos. Usando dados das eleições de 1986 e 1990 e dados do orçamento brasileiro deste período, ele investiga a relação entre a distribuição espacial dos votos e proposição de emendas. O autor utiliza categorias de votação criadas a partir do desempenho dos candidatos nos municípios para classificar o perfil da votação dos candidatos em duas dimensões: *concentrado-disperso* e *dominante-compartilhado*. Segundo ele, o padrão de votos dos parlamentares nesse período é concentrado e dominante, ou seja, a maioria dos deputados recebe votos em cidades específicas e ainda conquistam a maior parte dos votos desses municípios. Surgindo, então, a concepção de distritos informais, nos quais o candidato dedica os esforços de sua campanha e recebe grande parte de seus votos.

A princípio, o autor se atém ao lado da oferta de emendas e procura mensurar a probabilidade de um deputado, que pretende concorrer à reeleição, propor emenda para um determinado município. A variável dependente é o logaritmo do número de emendas apresentadas pelo parlamentar. Como variáveis explicativas são utilizadas a distância entre o município que recebe a emenda e a localidade central dos votos do deputado, os índices de dominância e concentração, a vulnerabilidade da cidade à invasão por outros candidatos, características socioeconômica e demográfica em comum do município de destino da emenda e da base eleitoral do deputado, a insegurança eleitoral do parlamentar e a sua trajetória política. Com esse modelo, verifica-se que a dominância local e a vulnerabilidade à invasão têm efeitos positivos sobre o direcionamento das emendas.

Ainda neste trabalho, é testada a hipótese de que deputados usam emendas a fim de obter votos. Usando regressão de Mínimos Quadrados Ordinários, o autor testa a relação entre número de emendas e votos em uma próxima eleição. As variáveis explicativas listadas acima são mantidas, no entanto, o número de emendas passa a ser considerado variável independente e adiciona-se a quantidade de votos da eleição de 1986. A variável dependente é votação obtida na eleição de 1990. Ames encontra que a quantidade de votos conquistados na eleição anterior apresenta efeito positivo e significativo sobre os votos atuais do deputado. Adicionalmente, obtém resultados favoráveis a sua hipótese, no sentido que a provisão de emendas contribui para aumentar voto, sobretudo, em localidades onde o deputado apresenta dominância eleitoral.

Entretanto, os dados utilizados são de emendas apresentadas que não necessariamente foram aprovadas e/ou executadas, com isso se mensura a intenção do candidato e não efetivamente o impacto dos benefícios que chegaram até o eleitor (MESQUITA, 2008). Além disso, o número de emendas dos deputados é considerado variável determinante para a votação no município. Sendo assim, não há distinção entre o valor dessas emendas, o que importa ao eleitor seria, por exemplo, o número de obras e não a dimensão do benefício. No entanto, apesar de tais aspectos, o trabalho empírico de Ames foi pioneiro na tentativa de verificar a relação entre orçamento e desempenho eleitoral no Brasil. Interessantemente, não foram encontrados trabalhos posteriores cujos objetivos sejam justamente medir o efeito de emendas locais sobre os votos dos candidatos nos municípios.

Analisando o lado da oferta de emendas, Silva (2009), usando dados das eleições para deputados federais do estado de São Paulo e dados do orçamento de 1996 a 2007, procura mensurar a probabilidade de o parlamentar alocar emenda em um município a partir de seu resultado eleitoral. Características do município, tal como partido do prefeito, dimensão do

município e índices de desenvolvimentos são usadas para determinar a alocação de emendas dos deputados. O autor mostra que os deputados usam emendas para aumentar suas áreas de influência, buscando propor emendas em maior quantidade em cidades com a intenção de desconcentrar sua votação. Também são levados em consideração o partido do prefeito e características do município. Cidades em que há correspondência entre o partido do deputado e do prefeito tendem a ter maior direcionamento de recursos e municípios de menor população parecem receber mais atenção dos parlamentares devido à facilidade para aclamar o crédito.

Samuels (2002) contesta a idéia original de que os deputados federais usam de práticas distributivas junto ao eleitorado para conquistar votos e argumenta que parlamentares propõem emendas a determinados municípios em busca de recursos financeiros para sua campanha e não propriamente visam voto. O autor não encontra efeito significativo de que a porcentagem relativa ao parlamentar do valor total de emenda feitas no distrito eleitoral aumente sua chance de reeleição. Na verdade, ele verifica que gastos de campanha são importantes para elevar a probabilidade de reeleição do candidato. Para averiguar sua hipótese de que emendas são usadas para conseguir financiamento de campanha, Samuels obtém efeito positivo e significativo em uma regressão da porcentagem de emendas do deputado no estado sobre os gastos de campanha do mesmo.

Considerando os deputados da 50ª legislatura e dados da eleição de 1998, Pereira e Rennó (2003) buscam analisar quais variáveis são importantes para garantir a reeleição do deputado. Para estes autores, os parlamentares tendem a usar as emendas orçamentárias para expandir a visibilidade em suas bases eleitorais. As variáveis utilizadas para mensurar provisão de recursos são número de emendas apresentadas pelo parlamentar e valor em reais do total de emendas executadas na principal base eleitoral do parlamentar. Segundo conclui o estudo, a distribuição de recurso público tem muito mais influência nas chances de reeleição do deputado do que seu comportamento dentro do Congresso.

Mesquita (2008) investiga a relação entre emendas orçamentárias e reeleição dos parlamentares brasileiros usando dados das três últimas eleições. A autora não encontra evidência de que emendas afetem a chance de reeleição do congressista; concluindo que é necessário mais do que a provisão de benefícios ao eleitorado para garantir a sobrevivência eleitoral na Câmara dos deputados.

As questões que se mostraram mais relevantes para explicar o sucesso na busca pela reeleição não são questões locais, e sim de cunho político mais amplo. [...] políticos perseguem diversas estratégias para se garantir seu sucesso nas urnas e, ao contrário do que diz o senso comum, a execução orçamentária não parece estar entre as mais importantes. (MESQUITA, 2008 p. 7)

Assim, ainda não há um consenso entre os pesquisadores que emendas contribuem para aumentar as chances de reeleição de deputados federais. Com os trabalhos apresentados acima, percebe-se que grande parte dos autores tende a expandir seus resultados no sentido de confirmar ou contrariar a hipótese levantada inicialmente por Ames, de que os recursos provenientes das emendas orçamentárias seriam usados pelos deputados para práticas distributivas e políticas localizadas com o objetivo de conquistar votos juntos aos eleitores. Com exceção de Silva (2009), o qual utiliza emenda como variável dependente para investigar a alocação da mesma, os demais estudos citados têm como unidade de análise o candidato, adicionalmente, apresentam como variável de dependente o sucesso eleitoral do candidato, isto é, se este conseguiu se reeleger ou não. Neste estudo se acredita que tais aspectos limitem a análise da relação entre emendas e desempenho eleitoral. O objetivo direto do candidato em uma eleição é adquirir votos, o resultado final propriamente, se eleger ou não, é determinado por demais fatores alheios ao candidato. Sendo assim, para investigar se políticas distributivas junto aos eleitores trazem benefícios eleitorais para os deputados, seria mais apropriado analisar o retorno em votos para o candidato nas localidades em que as emendas foram alocadas.

3 Estatística Descritiva

3.1 Dados

Os dados utilizados neste trabalho são de duas fontes distintas. Os dados de votos, eleitorado e informações dos candidatos foram obtidos junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Dados referentes ao orçamento federal, especificamente a execução de emendas, foram obtidos por meio da Câmara dos Deputados, da qual também foram coletadas informações a respeito da história política do parlamentar.

O estudo abrange três legislaturas, 1995-1998, 1999-2002 e 2003-2006 e as eleições brasileiras para o cargo de deputado federal de 1998, 2002 e 2006.

A amostra consiste em um painel não balanceado de deputados que foram eleitos, portanto, podem propor emendas ao orçamento durante os anos de mandato e que concorreram novamente na próxima eleição². Sendo assim, um parlamentar pode não fazer parte da amostra, basta que tenha sempre decidido não se recandidatar à eleição seguinte. Já o

² Não são considerados suplentes, nem mesmo aqueles que assumiram o cargo de deputado em algum período.

número máximo de vez que o deputado pode compor a amostra é três. Para os deputados eleitos nas legislaturas em análise, 385 não entraram na amostra, pois estando eleitos não se candidataram à reeleição, 473 participam apenas uma vez, 342 duas e 339 compõem a amostra três vezes.

Foram coletados dados referentes à execução das emendas orçamentárias individuais propostas pelo parlamentar. O destino destes recursos pode ser para programas nacionais, regionais, estaduais ou municipais. Atenção especial é dada às emendas em que o destino geográfico é um município do estado em que o deputado concorre à reeleição.

Devido ao tempo necessário para planejar o orçamento, há um descasamento de data entre a elaboração e execução orçamentária. No primeiro ano de exercício o parlamentar eleito se dedica à análise do orçamento a ser executado no ano seguinte. No último ano de seu mandato, quando ocorre nova eleição, ele participa da elaboração do orçamento para o próximo ano, no qual pode não ser mais deputado. Por causa deste desencontro de datas, são utilizados dados da execução de emendas individuais proposta pelos parlamentares durante os três primeiros anos de seu mandato, não são consideradas emendas liquidadas no ano posterior à eleição seguinte. Por exemplo, para o candidato eleito em 1994, seriam utilizadas as emendas propostas por ele com ano de execução de 1996, 1997 e 1998.

Para medir o valor executado da emenda em unidade monetária foi utilizado o valor registrado como liquidado. Tal conta representa o reconhecimento por parte da Administração Pública que o bem foi entregue ou que o serviço foi prestado, estando o valor da despesa pronto para pagamento³. Contudo, no banco de dados de execuções orçamentárias o montante descrito como valor liquidado pode apresentar quantias muito superiores ao limite de valor imposto aos deputados autores de emendas. Isto porque tais montantes podem ser referente à soma de valores apresentados por todos os autores da emenda ou ainda, a acréscimos feitos pelo Executivo. Sendo assim, considerando a conta denominada saldo, na qual estão descritos os valores alocados pelo autor para uma determinada emenda, adotou-se a seguinte estratégia: quando o valor liquidado ultrapassa o valor da emenda proposto pelo autor, considera-se o valor executado igual ao saldo da emenda. Portanto, ao longo deste trabalho será considerada como medida para o valor monetário executado da emenda a conta registrada na base de dados como liquidado, corrigido para que o total executado não ultrapasse o limite de cada deputado segundo as regras orçamentárias para proposição de emendas.

³ “O orçamento público ao alcance do cidadão”, Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

3.2 Descrição dos dados

3.2.1 Universo de análise: deputados federais

A cada eleição 513 vagas são preenchidas na Câmara Nacional pelos candidatos eleitos. Entre os candidatos que não obtém resultado positivo grande parte se torna suplente, enquanto que o restante fica com o status de não eleito. A seguir, tem-se a descrição de algumas características dos concorrentes nas eleições de 1994, 1998 e 2002 de acordo com o resultado eleitoral. A amostra usada neste trabalho consiste em deputados eleitos nestas três eleições, sendo assim, considera-se interessante analisar as características deste grupo em relação aos demais candidatos a deputado federal.

Tabela 2 – Média e desvio padrão (entre parêntesis) de características dos candidatos a deputado federal por eleição e resultado eleitoral.

	1994			1998			2002		
	Eleito	Suplente	Não eleito	Eleito	Suplente	Não eleito	Eleito	Suplente	Não eleito
Idade	47,60 (9,77)	47,29 (10,29)	42,65 (10,37)	48,41 (9,31)	47,94 (10,59)	44,11 (11,82)	49,90 (9,96)	47,02 (10,58)	44,49 (10,84)
Sexo feminino	0,06 (0,24)	0,05 (0,22)	0,09 (0,29)	0,06 (0,23)	0,10 (0,31)	0,13 (0,34)	0,08 (0,27)	0,12 (0,33)	0,11 (0,31)
Ensino superior	0,78 (0,41)	0,66 (0,47)	0,43 (0,50)	0,79 (0,41)	0,60 (0,49)	0,44 (0,50)	0,75 (0,43)	0,53 (0,50)	0,38 (0,49)
Próxima eleição	0,75 (0,43)	0,17 (0,38)	0,11 (0,31)	0,73 (0,44)	0,19 (0,39)	0,12 (0,33)	0,77 (0,42)	0,17 (0,38)	0,12 (0,33)
Obs	513	1899	596	513	2111	733	513	2604	1082

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Em geral, as características diferem entre os eleitos, suplentes e não eleitos nas três eleições em análise. Entre os não eleitos, a idade dos candidatos é, em média, menor do que a de eleitos e suplentes. Ainda entre os não eleitos, a porcentagem de candidaturas do sexo feminino é ligeiramente maior, com exceção de 2002 em que suplentes e não eleitos apresentam praticamente a mesma proporção. A determinação de que as listas partidárias apresentem o mínimo de 30% e máximo de 70% de candidatos de cada sexo não tem sido seguida pelos partidos (NICOLAU, 2006). Contudo, a participação feminina nas eleições tem aumentado, enquanto em 1994 ela foi de apenas 6,6%, nas duas eleições seguintes chegou a 9,6% e 10,3%. Também o número de candidatas eleitas se alterou, apesar das mulheres ainda encontrarem maior dificuldade para se elegerem, na última eleição em análise, 8% conquistaram efetivamente o cargo de deputada federal.

A porcentagem dos que concorrem novamente ao cargo na eleição seguinte é consideravelmente maior entre os eleitos sendo, 75, 73 e 77%, respectivamente⁴. Também a porcentagem de candidatos com ensino superior completo entre os eleitos é maior em comparação aos outros dois grupos, a menor média está entre os não eleitos por volta de 40%.

Como visto, os eleitos diferem significativamente dos candidatos que não atingem resultado favorável. Por conseguinte, não se podem expandir os resultados encontrados neste trabalho para as outras duas categorias, ou seja, o estudo se restringe a investigar determinantes do voto para candidatos que já foram eleitos deputado federal e portanto, podem praticar políticas e ações que interfiram na escolha do eleitor na eleição subsequente.

O dado de que aproximadamente três quartos dos parlamentares manifestam intenção em permanecer no cargo por ao menos mais uma legislatura mostra que existe interesse em continuar a carreira política na Câmara Nacional. Sendo assim, reforça a idéia de que grande parte dos deputados, almejando a reeleição, poderia usar da posição para obter benefícios eleitorais.

Na tabela a seguir os deputados eleitos estão dispostos em dois grupos: os que não se candidatam e os que se candidatam novamente à eleição para deputado federal. A variável que indica se o parlamentar concorreu a prefeito durante seu mandato na Câmara apresenta grande diferença de média entre os dois grupos, por volta de 10 pontos percentuais. Obviamente, deputados que se candidatam à eleição municipal intermediária caso consigam resultado favorável deixam o cargo no legislativo, por isso a diferença entre as médias. Interessantemente, deputados que não concorrem novamente apresentam, em média, maiores porcentagem de votos no estado. Possivelmente, grande parte deles, por acreditar que possui mais visibilidade, decide se candidatar a cargos de mais prestígio. A maior porcentagem de parlamentares que não tentam a reeleição na lista DIAP também reforça esta justificativa. Tal lista elenca, a cada ano, os congressistas mais influentes de cada estado.

Os deputados pertencentes ao primeiro grupo também se destacam pela superioridade no número médio de legislaturas, sobretudo os eleitos em 1998 e 2002. Entre as demais variáveis que refletem a história do candidato há oscilações na diferença de médias. Em 1994, ter sido eleito prefeito apresenta diferença estatisticamente diferente de zero. Em 1998, a diferença de médias não é nula para a variável que indica se o parlamentar já foi eleito deputado estadual. Ter sido governador apresenta diferença significativa nas três legislaturas, para o grupo dos que não concorrem novamente, a média é mais alta.

⁴ Taxa de reeleição calculada com base nos dados do TSE.

Para algumas variáveis ligadas a execução de emendas, a diferença entre os dois grupos é estatisticamente significativa. O grupo que não concorre novamente à reeleição tem menor número de emendas e menor valor executado de emendas com destino em municípios do distrito eleitoral do deputado e em programas de domínio estadual. Possivelmente, deputados que optam por não participar da eleição seguinte também são aqueles que se ausentam com mais frequência da Câmara; sendo assim, têm menos possibilidade de emendar o orçamento. Uma justificativa mais forte é que por não terem interesse em se reeleger, estes parlamentares podem abrir mão de utilizar este tipo de política pública para destaque eleitoral.

A seguir, atenção especial é dada a deputados federais eleitos que concorrem novamente ao cargo na próxima eleição. Estes deputados formam a amostra usada neste trabalho para inferir sobre a votação deste grupo de políticos. Conforme visto anteriormente, eles apresentam algumas diferenças significativas em relação aos deputados que não tentam a reeleição, especialmente em variáveis de interesse como valor das emendas executadas. Sendo assim, abaixo são comentadas algumas características específicas deste grupo de parlamentares.

Sexo representa a proporção de parlamentares do sexo feminino e assim como a idade média dos parlamentares, se mantém praticamente estável entre as legislaturas. A experiência do político mensurada pelo número de legislaturas anteriores apresenta crescimento ao longo das eleições, chegando à média de 1,34 na última legislatura. Já o número de eleitos com ensino superior completo tem diminuído.

Entre as demais variáveis a cerca da história política dos congressistas, o número de parlamentares que já foram prefeito e deputado estadual apresenta queda entre os períodos. Enquanto que a quantidade de deputados que já foram vereadores aumentou de 20% na 50ª legislatura para 26% na 51ª e 52ª legislatura. O cargo em que os deputados mostram menos experiência política é o de senador, apenas 2% já haviam exercido tal função antes de serem eleitos deputados federais.

O valor executado pelos deputados de emendas individuais a municípios se manteve equilibrado nas três legislaturas, por volta de quatro milhões e meio corrigidos para reais de 2008. No período de 2003-2006 diminuiu o número de eleitos que possuem ao menos uma emenda executada. Contudo, ainda se verifica que a participação no processo orçamentário abrange a grande maioria dos parlamentares.

Tabela 3 – Comparação entre os deputados federais eleitos nas eleições de 1994, 1998 e 2002 que concorreram ou não a reeleição.

	Eleitos em 1994			Eleitos em 1998			Eleitos em 2002		
	Próxima Eleição			Próxima Eleição			Próxima Eleição		
	Não	Sim	Diferença	Não	Sim	Diferença	Não	Sim	Diferença
Candidatou-se a prefeito	0,281 (0,039)	0,145 (0,017)	0,136*** (0,039)	0,224 (0,036)	0,125 (0,017)	0,099*** (0,035)	0,218 (0,038)	0,137 (0,017)	0,081*** (0,037)
% voto no dist eleitoral	0,018 (0,001)	0,014 (0,001)	0,004*** (0,001)	0,021 (0,002)	0,017 (0,001)	0,005*** (0,002)	0,026 (0,002)	0,021 (0,001)	0,004** (0,002)
Sexo	0,063 (0,021)	0,062 (0,012)	0,000 (0,025)	0,058 (0,020)	0,056 (0,012)	0,002 (0,023)	0,134 (0,031)	0,066 (0,013)	0,068*** (0,029)
Idade	48,414 (0,948)	47,319 (0,480)	1,094 (0,996)	49,137 (0,831)	48,144 (0,471)	0,994 (0,926)	51,050 (0,948)	49,576 (0,494)	1,474 (1,040)
Nº legislaturas	1,015 (0,122)	1,000 (0,068)	0,016 (0,137)	1,413 (0,120)	1,194 (0,068)	0,218** (0,134)	1,563 (0,143)	1,342 (0,072)	0,220* (0,153)
Já foi vereador	0,133 (0,030)	0,203 (0,021)	-0,070** (0,039)	0,210 (0,034)	0,258 (0,022)	-0,048 (0,042)	0,210 (0,037)	0,258 (0,022)	-0,049 (0,045)
Já foi prefeito	0,258 (0,039)	0,166 (0,019)	0,092** (0,040)	0,181 (0,033)	0,163 (0,019)	0,018 (0,037)	0,159 (0,033)	0,149 (0,018)	0,009 (0,037)
Já foi dep estadual	0,359 (0,043)	0,309 (0,024)	0,050 (0,048)	0,355 (0,041)	0,253 (0,022)	0,102** (0,045)	0,310 (0,426)	0,284 (0,022)	0,026 (0,048)
Já foi senador	0,031 (0,015)	0,016 (0,006)	0,016 (0,014)	0,014 (0,010)	0,016 (0,006)	-0,002 (0,012)	0,050 (0,020)	0,010 (0,005)	0,040*** (0,014)
Já foi governador	0,070 (0,023)	0,031 (0,009)	0,039** (0,020)	0,072 (0,022)	0,032 (0,009)	0,040** (0,020)	0,092 (0,026)	0,030 (0,008)	0,061*** (0,021)
Superior completo	0,773 (0,037)	0,787 (0,021)	-0,014 (0,042)	0,783 (0,035)	0,795 (0,020)	-0,012 (0,040)	0,697 (0,042)	0,763 (0,021)	-0,066* (0,045)
Lista DIAP	0,250 (0,038)	0,200 (0,020)	0,050 (0,042)	0,246 (0,036)	0,192 (0,020)	0,054* (0,040)	0,235 (0,039)	0,185 (0,019)	0,05 (0,042)
Tem emenda	0,906 (0,026)	0,943 (0,012)	-0,037* (0,025)	0,920 (0,023)	0,944 (0,012)	-0,024 (0,024)	0,798 (0,037)	0,870 (0,017)	-0,072** (0,037)
Nº emenda	21,710 (1,254)	28,828 (0,638)	-7,117*** (1,322)	30,514 (1,466)	34,394 (0,911)	-3,880** (1,745)	18,596 (1,537)	22,697 (0,916)	-4,101*** (1,868)
Emenda municipal	3,285 (0,210)	4,507 (0,107)	-1,222*** (0,222)	4,134 (0,190)	4,824 (0,125)	-0,690*** (0,236)	3,903 (0,273)	4,738 (0,194)	-0,835** (0,385)
Emenda muni fora dist eleit	0,063 (0,044)	0,043 (0,013)	0,019 (0,031)	0,088 (0,030)	0,044 (0,011)	0,043** (0,026)	0,121 (0,074)	0,067 (0,020)	0,053 (0,056)
Emenda estadual	0,061 (0,020)	0,221 (0,033)	-0,159*** (0,058)	1,061 (0,137)	1,747 (0,111)	-0,686*** (0,201)	4,795 (0,361)	6,565 (0,189)	-1,770*** (0,398)
Emenda regional	0,000 (0,000)	0,010 (0,006)	-0,010 (0,010)	0,023 (0,018)	0,020 (0,012)	0,002 (0,022)	0,063 (0,003)	0,031 (0,011)	-0,025 (0,021)
Emendas nacionais	0,012 (0,009)	0,189 (0,161)	-0,178 (0,279)	0,098 (0,025)	0,062 (0,009)	0,036** (0,022)	0,121 (0,036)	0,181 (0,026)	-0,059 (0,051)
Obs	128	385		138	375		119	394	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

*Valores executados das emendas estão em milhões de reais de 2008.

3.2.2 Universo de análise: emendas orçamentárias

Esta seção tem como objetivo descrever estatisticamente os dados das emendas. A tabela abaixo mostra a distribuição das emendas aprovadas por tipo de autor.

A grande maioria de emendas aprovadas é de autoria dos relatores do PLO. As emendas individuais representam, em média, 7,82% do total de emendas aprovadas no Congresso. Já emendas de bancadas e coletivas correspondem a 4,16% e 5,93%, respectivamente.

Tabela 4 - Distribuição das emendas por categoria (%)

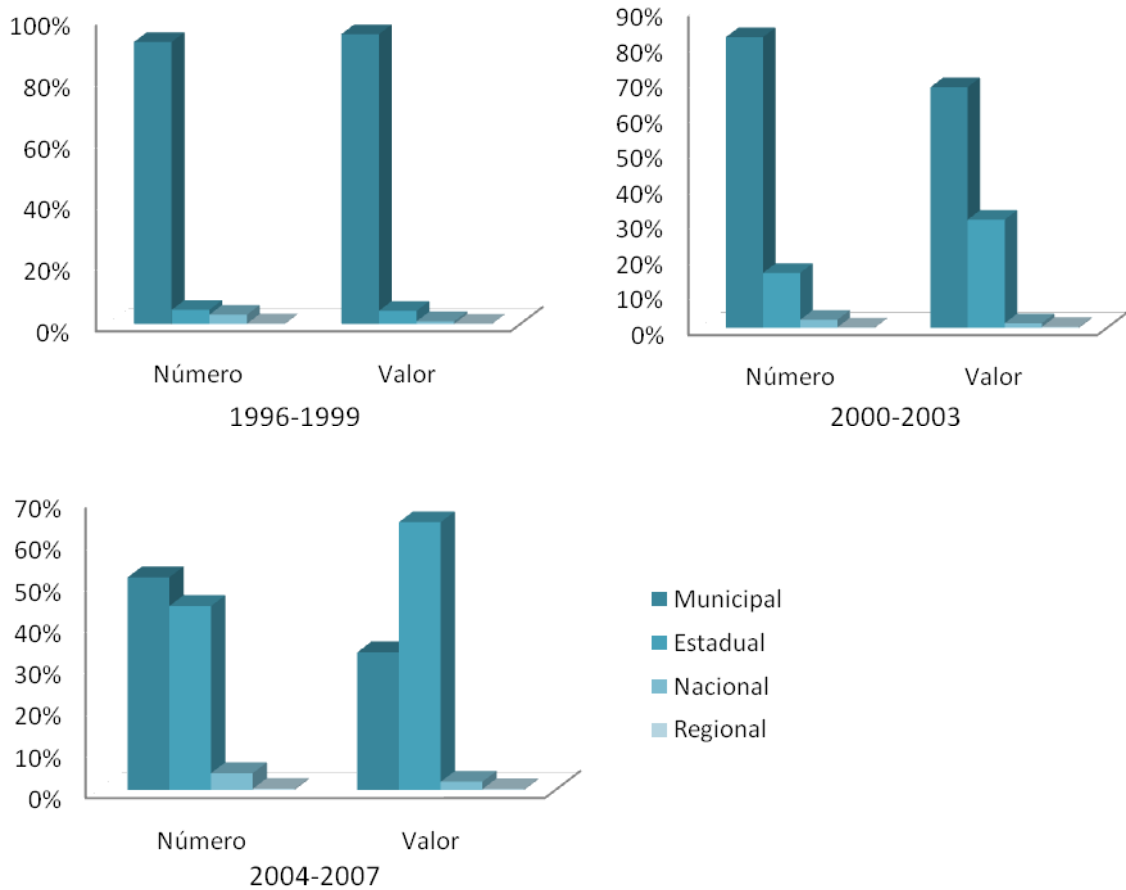
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bancada	1,15	6,36	18,46	5,98	1,24	1,78	1,80	1,16	7,13	0,34	0,41
Coletiva	0,72	2,42	14,03	13,33	0,87	0,83	15,40	1,27	13,70	1,79	0,94
Individual	1,22	3,34	14,03	17,21	7,46	8,24	8,16	5,77	5,88	8,70	6,02
Relator	96,91	87,88	53,48	63,47	90,43	89,15	74,64	91,81	73,29	89,16	92,63

Fonte: Mesquita (2008).

Segundo os autores Limongi e Figueiredo (2005), a definição do volume de recursos para as emendas individuais é decisão do Poder Legislativo. Deste modo, a baixa porcentagem de emendas individuais frente às emendas dos relatores coloca “sob suspeição a noção de que o processo orçamentário é orientado exclusivamente para atender os interesses individuais dos parlamentares” (p. 740). No entanto, embora a maior parte de emendas aprovadas não seja aquelas de categoria individual, ainda assim é relevante analisar a distribuição e quantidade de recursos federais que são alocados neste tipo de emenda, dado que nesta categoria são os deputados individualmente quem decidem o destino geográfico dos valores monetários.

A seguir, investiga-se a alocação das emendas de autoria individual dos deputados, as quais podem fornecer recursos para projetos de abrangência nacional, regional, estadual ou municipal. Na Figura 1 está disposta a porcentagem por número e valor das emendas executadas segundo o destino geográfico.

No primeiro período de execução orçamentária analisado se observa acentuada preferência dos deputados em executar projetos com foco municipal. Os recursos repassados para programas de domínio nacional, regional e estadual não apresentam significância neste período. De 2000 a 2003 cresce a quantidade e valor de recursos direcionados aos estados. Nos quatro anos orçamentários seguintes, as emendas individuais com destino estadual ultrapassaram as emendas municipais em valor total executado. Emendas com destino nacional e regional apresentaram baixa quantidade e valor nos três intervalos de tempo, embora a primeira categoria tenha tido um ligeiro crescimento ao longo dos períodos. Naturalmente, espera-se que o político direcione recursos para sua área de influência ou interesse. Dado que para as eleições da Câmara Federal os distritos eleitorais são as unidades federativas do país, a constatação de que os parlamentares autores das emendas têm preferido direcionar emendas pontualmente, escolhendo programas com atuação em um município ou em um estado, contribui para o argumento de que eles consideram a alocação de recursos importante para a obtenção de votos junto ao eleitorado.



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Figura 1 – Porcentagem de número e valor das emendas individuais executadas por destino geográfico.

Considerando as emendas com destino municipal propriamente, sabe-se que o parlamentar tem liberdade para alocá-las em qualquer município do país, mesmo que este seja localizado fora de seu distrito eleitoral. Contudo, se o objetivo do político é maximizar sua votação, seria razoável observar os congressistas alocando emendas nos municípios do estado pelo qual eles concorrem à eleição. De fato, do total de emendas individuais municipais executadas de 1996 a 2007 apenas 1,29% foram direcionadas a municípios fora do estado pelo qual o deputado autor da emenda foi eleito. Neste mesmo período, considerando somente as emendas municipais de deputados que concorrem à reeleição, verifica-se que apenas 1,02% são executadas em municípios fora dos estados pelos quais os parlamentares se candidataram a reeleição. Interessantemente, todos os deputados, que concorrem à reeleição em distrito eleitoral diferente do estado pelo qual foram eleitos, apresentaram ao menos uma emenda executada em uma cidade do novo distrito eleitoral. Estes dados reforçam a idéia de que os parlamentares consideram os recursos orçamentários importantes para acessar seus eleitores e portanto, direcionam a grande maioria das emendas para municípios do estado que representa

seu distrito eleitoral. Nos modelos a serem estimados neste trabalho utilizou-se as emendas executadas propostas pelos deputados cujo destino é uma cidade no estado em que ele se candidata a reeleição.

A Tabela 5 exibe estatísticas das emendas individuais direcionadas a municípios que tiveram valor executado maior que zero. Os valores medianos ficam por volta de 150 mil reais de 2008 e os valores médios em torno de 200 mil. O desvio padrão se mantém elevado em todos os anos, evidenciando que há grande variação nos valores executados das emendas. De fato os valores alocados apresentam acentuada diferença; em 2007 a menor quantia repassada a uma localidade foi 1080,84 reais, porém neste mesmo ano, outra emenda apresentou valor executado de 4,8 milhões de reais de 2008.

Tabela 5 – Estatísticas de emendas individuais municipais com valor executado diferente de nulo. Valores em reais de 2008.

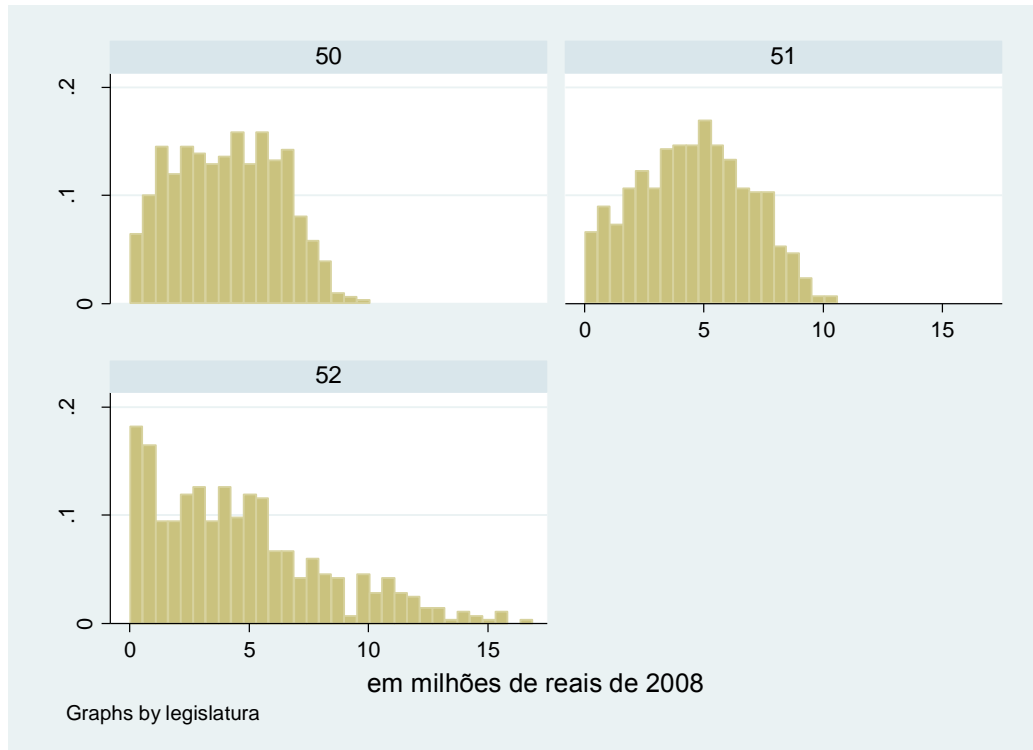
	Valor executado corrigido				
	Mediana	Média	Desvio Padrão	Min	Max
1996	236081,10	321242,00	239834,40	21220,78	2891331,00
1997	201671,00	241085,60	211433,90	28229,90	3025065,00
1998	138870,50	165558,60	146122,70	1110,96	2974531,00
1999	136579,70	169809,80	178323,10	10926,37	2731590,00
2000	137470,20	167570,20	160400,80	8255,19	2577599,00
2001	143634,50	184512,30	184997,40	10214,01	3032284,00
2002	141823,00	163805,90	157774,90	8730,62	2836460,00
2003	124527,90	157194,60	157092,10	8434,12	2075455,00
2004	120590,10	162658,10	170442,10	6057,48	3014753,00
2005	154888,40	206510,50	213849,70	3422,95	3822291,00
2006	165934,10	233150,80	210574,30	1106,23	2588572,00
2007	211804,60	352626,00	401910,00	1080,84	4818556,00

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Vale ressaltar que o limite superior para o valor das emendas mudou ao longo dos anos. Em 1998 o valor máximo era um milhão e meio, em 2006 esse limite foi elevado para cinco milhões de reais. A diferença do máximo permitido por parlamentar também se reflete na Figura 1, na qual está ilustrada a distribuição dos valores executados de emendas individuais por parlamentar nas legislaturas 1995-1998, 1999-2002 e 2003-2006.

A variação nas duas primeiras legislaturas é menor comparada a 52ª legislatura. Enquanto a mediana e média ficaram próximas nas 50ª e 51ª legislaturas (4,12, 4,10 e 4,62, 4,55 milhões, respectivamente) no último período orçamentário em análise os valores mediano e médio forem 4,09 e 4,63 milhões de reais de 2008. As legislaturas 1995-1998 e

2003-2006 apresentam maior concentração de valores abaixo de cinco milhões, já na 51ª legislatura os valores executados por autor estão mais normalmente distribuídos em torno do valor médio.



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Figura 2 – Distribuição por deputado das emendas individuais municipais com valor executado maior que zero.

Na tabela seguinte estão ilustrados valores por município de emendas repassadas. Apesar da média por município ser por volta de 450 mil reais de 2008, o desvio padrão revela que há grande discrepância no direcionamento de emendas entre os municípios. Nota-se que o valor médio por município recebido de emendas individuais permanece estável nos três períodos orçamentários analisados. No entanto, a distribuição dos recursos é menos uniforme na 52ª legislatura. A mediana apresenta metade do valor observado nas legislaturas anteriores, enquanto que o valor máximo recebido por município aumentou significativamente. Por conseguinte, na última legislatura grande parte das cidades recebeu quantias menores comparadas aos orçamentos anteriores.

Tabela 6 – Estatística do valor total recebido de emendas individuais por municípios. Valores em reais de 2008.

	Mediana	Média	Desvio Padrão	Min	Max	Obs
50ª Legislatura	212207,80	436749,10	838787,60	0,00	18600000,00	5513
51ª Legislatura	205244,00	466665,20	1089431,00	0,00	25800000,00	5565
52ª Legislatura	96472,11	451873,00	1503723,00	0,00	40800000,00	5565

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

Complementarmente, a Tabela 7 expressa a alocação de recursos entre os municípios. Nela está disposta, por legislatura, a porcentagem de municípios de cada região por intervalo de valores recebidos por meio de emendas orçamentárias.

Na legislatura 1995-1999, na região norte apenas 16% dos municípios não receberam ou tiveram emendas com valores executados nulos. Foi também nesta região que maior porcentagem de cidades recebeu recursos acima de um milhão de reais. Na região sudeste e sul a porcentagem dos municípios que não obtiveram recursos é mais elevada. Sendo que mais de 60% dos municípios destas regiões apresentam recursos alocados com valores abaixo de um milhão.

Na 51ª legislatura, no centro-oeste do país quase 40% dos municípios não tiveram recursos direcionados. A localidade em que mais cidades receberam recursos continua sendo a região norte, onde mais de 80% dos municípios receberam valores superiores a 100 mil reais de 2008.

No terceiro período orçamentário a concentração das emendas aumentou significativamente. Um fato a considerar é a troca de presidente na 52ª. Na região nordeste e sul pelos menos metade dos municípios não apresentaram valores positivos de recursos alocados por meio da emendas. No sul do país apenas 5% das cidades receberam mais de um milhão de reais de 2008 vindo de emendas individuais.

Como visto, a alocação de recursos das emendas individuais para os municípios se diferencia entre as legislaturas e regiões. Enquanto na 50ª legislatura apenas um quarto dos municípios não receberam recursos por meio de emendas individuais, na legislatura 2003-2006, em algumas regiões, metade das cidades apresentaram valores nulos de recursos repassados.

Tabela 7 – Porcentagem de municípios por valores recebidos de emendas.

	Centro-				
	Norte	Nordeste	Oeste	Sudeste	Sul
50ª Legislatura					
0	0,16	0,21	0,24	0,29	0,28
1 a 100000	0,05	0,05	0,05	0,08	0,12
100001 a 250000	0,19	0,23	0,19	0,20	0,26
250001 a 500000	0,22	0,22	0,24	0,19	0,19
500001 a 1000000	0,20	0,19	0,19	0,15	0,11
≥ 1000001	0,18	0,10	0,09	0,09	0,04
51ª Legislatura					
0	0,12	0,27	0,38	0,26	0,26
1 a 100000	0,06	0,05	0,06	0,08	0,10
100001 a 250000	0,20	0,23	0,17	0,21	0,26
250001 a 500000	0,21	0,21	0,17	0,19	0,21
500001 a 1000000	0,24	0,15	0,12	0,12	0,12
≥ 1000001	0,17	0,08	0,11	0,13	0,05
52ª Legislatura					
0	0,34	0,50	0,47	0,39	0,52
1 a 100000	0,03	0,03	0,09	0,08	0,09
100001 a 250000	0,16	0,15	0,14	0,17	0,16
250001 a 500000	0,18	0,12	0,10	0,13	0,12
500001 a 1000000	0,14	0,10	0,10	0,11	0,06
≥ 1000001	0,15	0,10	0,11	0,12	0,05

Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração própria.

4 Emendas e eleições municipais

Para fortalecer a idéia de que emendas impactam sobre os eleitores, esta seção explora as eleições municipais intermediárias. Se os recursos orçamentários repassados ajudam a obter votos dos eleitores nos municípios, um deputado que pretende concorrer ao cargo de prefeito poderia usar as emendas para adquirir votos na eleição municipal. Assim, esta seção se dedica à avaliação do efeito das emendas orçamentárias sobre as vantagens para parlamentares que se candidatam às eleições municipais intermediárias.

Nas três legislaturas em análise 250 deputados se candidataram ao cargo de prefeito durante mandato na Câmara. Nos dois primeiros anos de exercício estes parlamentares tiveram a oportunidade de alocar emendas no município pelo qual concorreria ao cargo de prefeito nas eleições municipais. Sendo assim, se o argumento de que políticos usam os recursos públicos visando vantagem eleitoral é válido, espera-se que boa parte dos parlamentares direcione emendas para os municípios em que pretendem concorrer a

prefeitura. Analisando este grupo de deputados, observa-se que 78,8% executaram ao menos uma emenda no município pelo qual concorreram ao cargo de prefeito. Sendo que, em média, 39% do valor total executado pelo deputado em emendas municipais nos dois primeiros anos de mandato vão para o município em que ele concorre à eleição para prefeito. Estes dados revelam que os deputados consideram os recursos importantes na corrida eleitoral e não hesitam em aplicá-los em busca do cargo no executivo municipal. A próxima etapa é averiguar se de fato a aplicação destes recursos no município impacta sobre os eleitores. Assim, utilizam-se deputados eleitos que se candidatam as eleições municipais intermediárias e informações de emendas executadas nos dois primeiros anos de mandato no município em que o deputado é candidato a prefeito. A variável explicativa ligada à execução de emendas orçamentárias é o valor em reais de 2008 de emendas executadas pelo parlamentar no município pelo qual ele concorre a eleição municipal sobre o valor total de emendas executadas de sua autoria. São consideradas apenas as emendas dos dois primeiros anos de mandato.

Primeiramente, observa-se o efeito sobre a porcentagem de votos do deputado obtida na disputa para o cargo de prefeito. Em seguida, verifica-se se as emendas executadas pelo deputado no município têm impacto sobre a probabilidade de eleição ao cargo executivo neste município.

Tabela 8 – Regressão linear. Variável dependente: porcentagem de votos na eleição municipal.

	Modelo 1	Modelo 2
Emenda (%)	18,79*** (3,38)	20,64*** (3,56)
Dummy já foi vereador	3,79 (2,38)	3,69 (2,37)
Dummy já foi prefeito	7,79*** (2,72)	7,62*** (2,74)
Eleitorado	-0,00*** (0,00)	-0,00*** (0,00)
Emenda*Eleitorado		-0,00** (0,00)
R ²	0,46	0,46
N	234	234

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Efeito fixo dos estados e das eleições são considerados.

Obs: 13 deputados não tiveram emendas executadas e para 3 não constam dados sobre os votos obtidos na eleição municipal.

Erro padrão robusto entre parêntesis.

Usando regressão linear encontra-se que o aumento de um ponto percentual na porcentagem de emendas executadas no município pelo deputado aumenta 20 pontos percentuais a porcentagem de votos do parlamentar candidato a eleição municipal. Contudo, este efeito parece diminuir conforme cresce o tamanho do eleitorado. Já ter sido prefeito do município contribui para que o deputado ganhe votos. Enquanto que a variável que indica se o deputado já foi vereador no município não apresenta coeficiente significativo. Assim, os recursos direcionados pelo deputado se mostram importantes na disputa municipal. Os eleitores parecem reconhecer e retribuir na forma de votos o político que beneficia seu município.

Na Tabela 9 tem-se o efeito das emendas sobre a probabilidade de o deputado ser eleito prefeito. Novamente encontra-se coeficiente positivo e significativo. Executar emendas no município traz benefício eleitoral para o parlamentar, já que aumenta a probabilidade de obter resultado favorável na eleição municipal.

Estes resultados fortalecem a idéia de que os recursos repassados pelo deputado beneficiam eleitoralmente o mesmo. Pontualmente os eleitores do município tendem a reconhecer o benefício providenciado pelo parlamentar. Deste modo, espera-se que também seja verificado um efeito das emendas sobre a votação municipal obtida pelo deputado na tentativa de reeleição.

Tabela 9 – Modelo Probit. Variável dependente: Variável indicadora eleito ou não.

	Modelo 1 (dF/dx)	Modelo 2 (dF/dx)
Emenda (%)	2,14*** (0,34)	2,45*** (0,45)
Dummy já foi vereador	-0,12 (0,22)	-0,12 (0,24)
Dummy já foi prefeito	0,45** (0,23)	0,45* (0,22)
Eleitorado	-0,00** (0,00)	-0,00 (0,00)
Emenda*Eleitorado		-0,00 (0,00)
Pseudo-R2	0,28	0,28
N	237	237

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Obs: 13 deputados não tiveram emendas executadas.

Erro padrão robusto entre parêntesis.

5 Metodologia

Este trabalho pretende analisar os determinantes dos votos adquiridos por deputados federais que se candidatam a reeleição. Assim, a princípio, procurando relacioná-lo aos demais estudos presente na literatura de Ciência Política, considera-se uma equação para voto com unidade de observação no candidato, ou seja, são utilizados dados de deputados no distrito eleitoral pelo qual ele concorre à reeleição. Posteriormente, a fim de investigar variáveis locais que afetam a votação do parlamentar, empregam-se dados desagregados por municípios. Logo, a unidade de análise será o deputado em todas as cidades do estado pelo qual ele se recandidata a eleição. Com isto, pretende-se explorar a heterogeneidade dos municípios, relacionando aspectos locais, tal como a provisão de recursos e a história política municipal do candidato, ao retorno eleitoral em votos.

A seguir apresenta-se a equação para o total de votos de um candidato,

$$y_{it} = \theta_0 + \theta_1 X_{it} + \theta_2 C_{it} + \theta_3 D_i + c_{uf} + c_p + c_t + c_i + \epsilon_{it} \quad (1)$$

i se refere ao deputado que participa da eleição seguinte, t é um índice de tempo que representa temporalmente tanto a eleição, quanto o período da legislatura do parlamentar, p denota o partido e uf o estado pelo qual o parlamentar concorre à reeleição.

A variável dependente é votação total absoluta obtida pelo deputado i na eleição em que ele tenta se reeleger. O voto individual é o mecanismo direto que eleitores dispõem para manifestar suas preferências, punindo ou retribuindo o político por políticas adotadas durante o mandato. Por conseguinte, acredita-se que utilizá-lo como variável dependente reflete melhor a relação eleitor-candidato.

A matriz X contém variáveis referentes ao mandato exercido pelo parlamentar, tal como emendas executadas e mudança de partido neste período. A matriz C representa as características pessoais do deputado que variam ao longo das eleições, por exemplo, idade e número de legislaturas anteriores; D contém variáveis explicativas relacionadas à história política e características do candidato que se mantêm constantes ao longo do tempo, tais variáveis serão incorporadas pelo efeito fixo do deputado quando este for considerado. Finalmente, c denota efeito fixo e ϵ o erro.

Desagregando a votação do deputado nos municípios do estado em que este concorre à reeleição, tem-se o seguinte modelo.

$$y_{ijt} = \beta_0 + \beta_1 X_{ijt} + \beta_2 Z_{ij} + \beta_4 C_{it} + \beta_5 D_i + \beta_6 M_{jt} + c_p + c_t + c_i + c_j + \epsilon_{ijt} \quad (2)$$

em que i refere-se ao deputado que tenta reeleição, j indica município, t é um índice de tempo que representa temporalmente tanto a eleição quanto o período da legislatura do parlamentar, p refere-se ao partido do candidato, c denota efeito fixo e ϵ o erro. A variável dependente y é os votos absolutos obtidos pelo deputado i no município j na eleição em que ele tenta se reeleger.

As matrizes X e Z contêm variáveis explicativas que variam conjuntamente para candidato e para município. Entretanto, na primeira as variáveis mudam ao longo das eleições sendo estas, execução de emendas e igualdade entre os partidos do deputado e do prefeito do município no momento da eleição; na matriz Z as variáveis referem-se à história política prévia local do candidato no município. A matriz C representa variáveis que variam apenas entre os candidatos, tal como idade e número de legislaturas anteriores. D engloba características do deputado fixas ao longo do tempo, como sexo e experiência política anterior em outros cargos, tais variáveis serão absorvidas pelo efeito fixo do deputado quando este for considerado. M retrata variáveis que variam somente entre os municípios, tal como tamanho do eleitorado.

Quando o parlamentar direciona emenda para uma cidade, os recursos fazem parte de um projeto, que pode ser, por exemplo, a construção de uma rodovia ou de um hospital, benefícios que geralmente vão além dos limites do município. Assim, a fim de captar o impacto da distribuição de recursos do orçamento federal por meio de emendas individuais direcionadas a municípios, supõe-se que estas possam afetar os eleitores de um determinado município de duas maneiras distintas. A primeira seria a alocação de uma emenda na qual o município é o destino propriamente. Outro modo, considerado indireto, seria o deputado alocar emendas em demais municípios do estado. Acredita-se que o efeito destes recursos sobre os eleitores de uma dada cidade aumenta quanto mais próxima esta se encontra do outro município para o qual a emenda foi direcionada. Para mensurar este efeito, propõe-se a criação de uma variável denominada índice emenda, a qual é determinada pela seguinte expressão.

$$indice\ emenda_{ij} = \sum_{k=1}^K \frac{emenda_{ik}}{distancia_{jk}} \quad k \neq j, \forall i, j \quad (3)$$

em que K é o total de municípios do estado em que o deputado concorre à reeleição. Assim, para o deputado i no município j , o índice é a soma da divisão do valor das emendas feitas por ele nos demais municípios do estado dividido pelas respectivas distâncias entre o município j e os k 's municípios onde o deputado teve emendas executadas. Quando k igual a j , a distância é igual a zero e o destino da emenda foi o próprio município, tem-se o caso considerado como direto e o efeito será medido pela variável denominada emenda. Obviamente, caso o deputado não apresente execução de emendas durante seu mandato, o valor do índice será zero.

6 Resultados

Na seção anterior foram apresentados os modelos a serem estimados neste trabalho. Sendo assim, esta se dedica a divulgar os resultados obtidos. A primeira parte se refere ao modelo em que a unidade de observação é o deputado no estado pelo qual ele concorre à reeleição. Posteriormente, são apresentados resultados dos modelos estimados com dados desagregados por município.

6.1 Modelo agregado

Usando dados agregados do candidato, os resultados não são favoráveis no sentido de que a distribuição de recursos por meio de emendas tem efeito positivo sobre o total de votos do parlamentar. Nos dois primeiros modelos testados o sinal do coeficiente da variável *emenda* que mede o valor total de emendas individuais municipais executadas pelo deputado durante sua legislatura, ao contrário do esperado, é negativo, porém não significativo. Quando se adiciona o efeito fixo do candidato, o sinal se torna positivo, contudo ainda estatisticamente nulo.

Segundo Samuels (2002), os deputados não propõem emendas almejando o retorno direto em votos, mas sim, recursos para o financiamento da campanha política. Deste modo, nos modelos 2 e 4, a despesa de campanha é acrescentada como variável explicativa. Os resultados obtidos se assemelham ao de Samuels; emenda não apresenta impacto sobre voto, mas despesa de campanha sim. Quando o efeito fixo do candidato é considerado, a significância passa a 10%, porém, ainda assim o coeficiente é positivo, indicando que um milhão de reais de 2008 gastos em campanha eleitoral retorna 22401 votos ao deputado.

Tabela 10 – Regressão com observações agregadas. Variável dependente: votação total absoluta recebida pelo deputado.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Emenda	-203,46 (643,01)	-532,48 (595,04)	620,10 (1108,35)	386,06 (1127,24)
Dummy partido	16211,58*** (3125,58)	12961,94*** (3179,48)	5744,64 (7006,60)	5972,40 (7064,63)
Dummy governador	2192,89 (3412,78)	299,94 (3275,05)	-1778,21 (5846,77)	-3966,55 (6017,08)
Dummy presidente	-18780,84*** (6357,31)	-21212,72*** (6152,97)	-22311,19*** (7740,16)	-26346,69*** (7476,53)
N° legislatura	8393,52** (3409,08)	4320,08 (3352,29)	30582,34 (19846,84)	23149,16 (19638,31)
N° legislatura ²	-670,71 (507,48)	-244,14 (501,46)	-1664,81 (1530,12)	-1681,04 (1547,06)
Despesa campanha		43347,66*** (7903,84)		22401,01* (13157,75)
Efeito fixo				
deputado	não	não	sim	sim
R ²	0,31	0,37	0,61	0,62
N	1154	1110	1154	1110

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Efeito fixo da eleição, dos partidos e dos estados é considerado em todos os modelos.

Demais regressores: eleitorado do estado, idade, idade², sexo, dummy CMO, dummy coligação presidente, variáveis referentes a cargos políticos exercidos anteriormente.

Variáveis emenda e despesa campanha estão em milhões de reais de 2008.

Erro padrão robusto entre parêntesis.

A variável indicadora *dummy partido* apresenta efeito significativo e positivo nos dois primeiros modelos. Isto significa que permanecer no mesmo partido retorna votos para o deputado. Em geral, considera-se que políticos que mudam de partido durante a legislatura são candidatos mais vulneráveis e fracos à reeleição (SCHMITT, 1999). Contudo, ao controlar pelo efeito fixo do deputado a mudança de partido se torna insignificante, revelando que dadas as características do candidato, ter trocado de partido não faz diferença para o eleitor. Com exceção de *dummy presidente* que se mantém negativa e significativa em todos os modelos, as demais variáveis não apresentam coeficientes significantes⁵.

O acentuado aumento do R² quando se adiciona o efeito fixo do candidato evidencia que características pessoais do candidato é um fator importante para determinar votos. Um simples exercício, considerando apenas as regressões da votação total do candidato contra *dummies* de partido e em seguida contra *dummies* de indivíduo, mostra que o R² ajustado de

⁵ As variáveis indicadoras sobre partido do presidente, coligação do presidente e comissão do orçamento servem como controles, uma vez que segundo alguns autores, pode haver viés na execução de emendas orçamentárias propostas por parlamentares de partido aliados ao governo.

uma regressão com efeito fixo dos parlamentares é bem mais elevado do que o de uma regressão com o efeito fixo dos partidos. Por conseguinte, conclui-se que características individuais são mais relevantes para explicar votos do que legenda partidária. Tal resultado pode ser considerado reflexo do sistema eleitoral brasileiro de lista aberta, o qual tende a ressaltar a reputação pessoal e minimizar a influência dos partidos no desempenho eleitoral dos candidatos.

6.2 Modelos com dados desagregados por municípios

Anteriormente, usando o modelo agregado não se encontrou resultado favorável de que emenda contribui para gerar votos ao deputado que busca a reeleição. Entretanto, devido à grande dimensão dos distritos eleitorais brasileiros, ao agrupar o valor de emendas municipais e regredir na votação total, o efeito local da emenda pode não ser captado. Não obstante, supõe-se ser justamente este efeito que apresenta maior impacto sobre os eleitores. Sendo assim, a partir daqui considera-se o modelo desagregado, no qual a unidade de análise é o parlamentar nos municípios do estado pelo qual ele concorre à reeleição⁶.

A variável que mensura o valor executado de emendas pelo deputado no município apresenta coeficiente positivo e significativo em quatro dos modelos expostos na Tabela 11. Indicando que um milhão de reais de 2008 alocados em um município retorna por volta de 6500 votos. No último modelo no qual se adiciona o efeito fixo conjunto deputado-município, o poder explicativo aumenta consideravelmente, porém emendas executadas deixam de ter significância estatística. Dada a perda de relevância das emendas, pode-se argumentar que a forma com que os parlamentares alocam emendas apresenta pouca variação entre as legislaturas, sendo assim, o efeito fixo absorveria o efeito das emendas e estas deixariam de ter impacto sobre votos. Usando dados de candidatos eleitos em duas eleições consecutivas, o modelo *Probit* é empregado para averiguar se deputados tendem a repetir os municípios para os quais direcionam as emendas. Verifica-se que já ter executado ao menos uma emenda em um município anteriormente aumenta em aproximadamente 21% a chance de o parlamentar executar emenda neste mesmo município em um próximo mandato. Portanto, existe uma tendência de os parlamentares repetirem as cidades para as quais repassam recursos

⁶ Despesa de campanha não é incluída como variável explicativa nos modelos com dados desagregados. Primeiramente porque para alguns deputados a informação sobre gastos eleitorais não estão disponíveis. Adicionalmente, tal variável apenas varia entre os candidatos, não sendo possível captar efeito municipal. Contudo, os resultados de modelos contendo despesa de campanha como regressor são bastante semelhantes e estão disponíveis em Anexo.

orçamentários, porém não se pode afirmar que este comportamento seja generalizado o suficiente para tornar pequena a variação da alocação de recursos entre legislaturas. Deste modo, dada a perda de significância da variável emenda no último modelo, ao que parece, mais importante que a provisão de benefícios públicos é a relação que o candidato estabelece com o município. Parte desta importância pode ser comprovada pelas variáveis que indicam se o deputado já exerceu mandato de vereador ou prefeito no município. Já ter sido eleito vereador retorna mais de 15 mil votos. Isto evidencia a relevância dos laços políticos desenvolvidos no município.

Tabela 11 – Regressão modelos desagregados. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Emenda	6574,51*** (389,87)	6618,97*** (388,84)	6566,11*** (386,15)	6616,91*** (385,52)	1024,93 (699,87)
Índice emenda	377,57* (222,81)	804,62** (325,65)	811,41*** (301,95)	1364,23* (491,66)	-258,22 (291,27)
Dummy partido	55,99*** (6,75)	11,66 (11,77)	56,57*** (6,61)	11,12 (11,55)	10,54 (10,23)
Dummy prefeito	13,98 (9,12)	9,29 (9,17)	19,83** (9,32)	15,29 (9,39)	41,82*** (11,37)
Dummy governador	11,42* (6,86)	-11,21 (10,10)	11,91* (6,75)	-11,12 (10,00)	-15,32** (7,34)
Dummy presidente	-75,63*** (11,19)	-81,48*** (15,33)	-79,79*** (11,36)	-86,98*** (15,75)	-51,47*** (11,12)
Nº legislatura	20,82*** (7,00)	141,41*** (43,13)	21,54*** (6,72)	144,87*** (41,31)	97,49** (47,44)
Nº legislatura ²	-1,49 (1,12)	-6,03* (3,54)	-1,61 (1,06)	-6,16* (3,38)	-5,10 (3,34)
Já foi vereador	15993,17*** (1769,37)	16012,07*** (1764,45)	15574,77*** (1759,19)	15600,75*** (1755,89)	-
Já foi prefeito	5732,02*** (1418,30)	5727,61*** (1413,99)	5651,15*** (1400,27)	5633,034*** (1397,56)	-
Efeito fixo					
deputado	não	sim	não	sim	não
município	não	não	sim	sim	não
deputado-município	não	não	não	não	sim
R ²	0,42	0,43	0,44	0,45	0,79
N	404251	404251	404251	404251	404251

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Efeito fixo da eleição, dos partidos e dos estados é considerado em todos os modelos.

Demais regressores: eleitorado do município, eleitorado do município², eleitorado do estado, idade, idade², sexo, dummy CMO, dummy coligação presidente, variáveis referentes a cargos políticos exercidos anteriormente.

Variáveis emenda e índice emenda estão em milhões de reais de 2008.

Erro padrão robusto entre parêntesis.

A variável *índice emenda*, criada para medir o impacto da execução de emendas em outros municípios, apresenta baixa significância nos dois primeiros modelos e embora ao controlar pelo efeito fixo dos municípios a significância aumente para 1%, no quinto modelo testado o coeficiente passa a ser negativo e insignificante. Deste modo, conclui-se que é fraca a correspondência entre emendas alocadas nas demais cidades e os eleitores de um determinado município.

O número de legislaturas anteriores do candidato se mantém relevante e positivo em todos os modelos. Esta mesma variável elevada ao quadrado apresenta coeficiente negativo, o que sugere que a relação entre experiências anteriores na Câmara e votos, apesar de positiva, tem retorno decrescente. Permanecer no mesmo partido garante votos ao deputado, no entanto, após controlar pelo efeito fixo do candidato tal fato se torna irrelevante; resultado semelhante foi encontrado ao utilizar o modelo agregado. Interessantemente, ser do mesmo partido do prefeito no momento da eleição parece não ter grande importância para aquisição de votos. Após controlar por características fixas do deputado no município, este fato passa a ter maior relevância, contudo, o valor do coeficiente não é muito elevado.

Nas regressões a seguir a variável explicativa *emenda* é interagida com características do município. A intenção é analisar se o efeito das emendas executadas varia conforme tamanho e renda do município. O valor de emendas executadas no município continua sendo positivo e estatisticamente significativo para explicar votos. Os resultados mostram que o efeito das emendas diminui quanto mais rico é o município. Notoriamente, em cidades com menor renda, os investimentos públicos ganham mais relevância. Os modelos abaixo mostram que um milhão de reais de 2008 investidos em uma cidade de um milhão de habitantes retorna por volta de 7000 votos para o parlamentar. Sendo o retorno eleitoral das emendas crescente ao tamanho do município. Recursos alocados em municípios mais populosos possivelmente atingem um número maior de eleitores. No entanto, tal resultado contrapõe o argumento de que em municípios menores os créditos seriam mais facilmente aclamados e os políticos conseguiriam maior visibilidade com a alocação de emendas.

Com esta nova especificação, a variável criada para medir o retorno indireto das emendas apresenta coeficiente significativo nos quatro primeiros modelos. As demais variáveis apresentam coeficiente similar aos modelos anteriores, com exceção de *dummy prefeito* que passa a apresentar coeficiente significativo em todos os modelos.

Tabela 12 – Regressão modelos desagregados. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Emenda	4156,96*** (341,02)	4195,40*** (340,05)	4261,14*** (333,65)	4308,47*** (315,15)	424,56 (549,58)
Emenda*PIB	-208,76** (88,78)	-208,87** (88,72)	-170,22* (90,28)	-169,18*** (27,66)	-91,65 (191,36)
Emenda*População	7714,56*** (1932,31)	7715,30*** (1922,63)	6861,14*** (1942,84)	6840,07*** (1942,84)	2619,83 (4059,57)
Índice emenda	1021,07*** (339,94)	1462,94*** (509,44)	1399,26*** (445,82)	1960,97*** (731,06)	-159,37 (238,80)
Dummy partido	56,04*** (6,51)	14,43 (10,93)	56,52*** (6,39)	13,88 (9,31)	11,01 (9,36)
Dummy prefeito	31,86*** (8,75)	27,07*** (8,82)	38,30*** (8,95)	33,70*** (8,97)	44,64*** (10,90)
Dummy governador	10,19 (6,53)	-7,47 (8,95)	10,42 (6,46)	-7,77 (5,39)	-14,05* (7,31)
Dummy presidente	-75,38*** (11,49)	-83,99*** (15,51)	-79,55*** (11,80)	-89,08*** (13,61)	-51,29*** (11,25)
N° legislatura	20,42*** (6,53)	146,20*** (45,56)	21,24*** (6,29)	148,43*** (55,66)	99,13** (49,34)
N° legislatura ²	-1,20 (1,02)	-4,82* (2,84)	-1,33 (0,97)	-4,99** (2,35)	-4,77 (2,91)
Já foi vereador	13503,99*** (1722,40)	13518,72*** (1718,56)	13212,86*** (1716,73)	13233,87*** (1687,16)	-
Já foi prefeito	6846,08*** (1324,44)	6847,63*** (1320,67)	6677,29*** (1328,15)	6665,36*** (1633,80)	-
Efeito fixo					
deputado	não	sim	não	sim	não
município	não	não	sim	sim	não
deputado-município	não	não	não	não	sim
R ²	0,47	0,49	0,49	0,53	0,80
N	404165	404165	404165	404165	404165

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Efeito fixo da eleição, dos partidos e dos estados é considerado em todos os modelos.

Demais regressores: eleitorado do município, eleitorado do município², eleitorado do estado, idade, idade², sexo, dummy CMO, dummy coligação presidente, variáveis referentes a cargos políticos exercidos anteriormente.

Variáveis emenda, índice emenda, pib e população estão em milhões de reais de 2008.

Erro padrão robusto entre parêntesis.

7 Considerações finais

O intuito deste trabalho foi examinar determinantes do voto para candidatos a reeleição ao cargo de deputado federal. Atenção especial foi dada à relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral.

Nos modelos testados usando dados agregados no candidato, verifica-se que o total de recursos repassados ao eleitorado pelo deputado não tem influência na votação obtida por este. Na verdade, foram poucas variáveis que apresentaram relevância para explicar o voto total obtido pelo parlamentar. Despesas de campanha parecem ser importantes, contudo, ao controlar pelo efeito fixo do candidato sua significância se reduz. Pertencer ao mesmo partido do presidente no momento da eleição não é um ponto positivo para a conquista de votos. Já permanecer no mesmo partido é visto com bons olhos pelos eleitores. Um ponto a ressaltar é o acentuado aumento no poder explicativo do modelo quando se acrescenta o efeito fixo do deputado. Tal fato evidencia que características individuais são fortes determinantes da votação de candidatos a reeleição na Câmara Nacional. Este resultado parece congruente com as regras eleitorais vigentes, entretanto, não é suficiente para afirmar quanto à relevância dos partidos na arena eleitoral é mitigada.

Para fortalecer o argumento de um efeito local dos recursos orçamentários sobre os eleitores foi analisado o impacto das emendas orçamentárias sobre a votação e resultado eleitoral obtido pelo deputado federal que candidata-se as eleições municipais intermediárias. As emendas executadas no município apresentam efeito positivo sobre votos e também aumentar a chance de o deputado ser eleito prefeito no município.

A principal contribuição do trabalho é construção e análise de variáveis com as quais foi possível estudar aspectos locais que impactem na votação do deputado. Já ter sido eleito vereador ou prefeito no município contribui para aquisição de votos. A experiência passada como deputado federal adiciona votos, porém o retorno diminui quanto com mais tempo no cargo. Não mudar de partido durante a legislatura também ajuda a obter votos, contudo dadas as características do parlamentar, este fato deixa de ser valorizado pelos eleitores.

Não se pode afirmar que os deputados utilizam os recursos públicos com o único propósito de obter benefício eleitoral. Contudo, este trabalho revela que existe um retorno eleitoral para o político que direciona recursos pontualmente para uma cidade. As emendas executadas no município apresentam efeito positivo e significativo sobre votos. Este efeito é acentuado em municípios mais populosos e minimizado em cidades com maior renda. No

entanto, ao controlar por características fixas do deputado no município, o valor repassado por meio de emendas perde relevância.

Não se encontra forte evidência que emendas direcionadas a municípios vizinhos afetam os eleitores de uma cidade. Este resultado talvez possa ser atribuído a grande discrepância nos tipos de benefícios providos com os recursos orçamentários. Seria necessário classificar os projetos em categorias para estudar melhor este impacto. Tal resultado pode ser considerado uma evidência de que o político obtém reconhecimento do eleitorado pontualmente, se restringindo a área onde o recurso foi direcionado. Esta seria uma explicação para a dificuldade em se encontrar efeito das emendas quando se utiliza dados agregados.

Por fim, acredita-se que novos resultados foram adicionados para a discussão a cerca do uso de políticas públicas para benefício eleitoral privado do parlamentar, bem como para o debate sobre como se desenvolve a votação de candidatos a reeleição ao cargo de deputado federal. Verificou-se que existe um efeito local das emendas sobre os eleitores e tal efeito é refletido pelo aumento de votos obtidos pelo parlamentar no município. Adicionalmente, pode ser dizer que a provisão de recursos por meio do orçamento federal faz parte da manutenção da relação que o candidato estabelece com o município. Esta relação, por sua vez, tem elevado poder para explicar votos.

Vale reafirmar que os resultados encontrados aqui foram obtidos usando como variável dependente voto. A entrada de novos competidores, a conjuntura econômica e política, características partidárias e a mudança na relação que os candidatos exercem com os eleitores, entre outros fatores, determinam o resultado final propriamente, que é ser eleito ou não.

Referências bibliográficas

AMES, B. Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation. *American Journal of Political Science*. v. 39 n. 2, p. 406-33, 1995a.

_____. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in Brazilian Congress. *The Journal of Politics*, v. 57, n. 2, p: 324-43, 1995b.

_____. *Os entraves da democracia no Brasil*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.

CRISP, B.; DESPOSATO, S. Constituency Building in Multimember Districts: Collusion or Conflict? *Journal of Politics*, v. 66, n. 1, p. 136-156, 2004.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 303-344, 2002.

_____. Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 737-76, 2005.

LEE, D. S. Randomized experiments from non-random selection in U.S. House elections. *Journal of Econometrics*, v. 142, p. 675–697, 2008.

LEONI, E.; PEREIRA C.; RENNÓ L. Estratégias para Sobreviver Politicamente: Escolhas de Carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. IX, n.1, p. 44-67, 2003.

MAINWARING, S. Politicians, Parties, and Electoral Systems: Brazil in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, v. 24, n. 1, p.21-43, 1991.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S.C. Elections and representation. *Lua Nova* [online], n.67, p. 105-138, 2006.

MESQUITA, L. *Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira*. 2008. 88f. Tese (Mestre em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo.

NICOLAU, J. Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 219-236, 2002.

_____. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados– Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

PEREIRA, C. *What Are the Conditions for the Presidential Success in the Legislative Arena? The Brazilian Electoral Connection*. 2000. Tese (Ph.D) New York University. New York.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. *Dados– Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 265-301, 2002.

PEREIRA, C.; RENNO, L. Successful re-election strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives. *Electoral Studies*, v. 22, p. 425-448, 2003.

_____. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*. v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007.

SAMUELS, D. *Political Ambition in Brazil, 1945-95: Theory and Evidence*. Latin American Studies Association, 1998.

_____. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems. *Comparative Political Studies*, v. 32, n. 4, p. 487-518, 1999.

_____. The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 62, n. 1, p. 240-53, 2000.

_____. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 845-63, 2002.

SCHMITT, R. Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados. *Novos Estudos CEBRAP*, n.54, 1999.

SHUGART, M.S.; CAREY, J. M. Incentives to cultivate a personal vote. *Electoral studies*, v.14, n.4, p. 417-439. 1995.

SILVA, G. P. *Uma Discussão acerca das Regras Eleitorais do Sistema Político Brasileiro e dos Incentivos ao Comportamento Parlamentar*. 2009. 198f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Apêndice

Modelo usando índices de dominância e dispersão

A estratégia política na eleição passada pode se refletir no padrão de votação do deputado. Sendo assim, para verificar como o perfil de votos na eleição anterior afeta a votação atual e controlar pela história eleitoral do deputado, são empregados dois índices criados a partir dos votos anteriores do candidato.

Muitos autores têm usado índices calculados a partir da votação passada para verificar o padrão e efeito das estratégias políticas (AMES, 1995; PEREIRA, RENNÓ, 2003 e SAMUELS, 2002). Contudo,

[...] estes indicadores apresentam dificuldades significativas que inviabilizam na interpretação de seus resultados. A utilização de medidas percentuais simples prejudica a análise por ignorar o tamanho relativo das populações de cada cidade. Já, especificamente para a proposição original de Ames, há dificuldade de interpretação dos resultados do indicador geral de dominância, além do fato de que o índice está baseado em uma adição de proporções. (SILVA, 2009)

Neste trabalho é aplicado o índice Herfindahl-Hirschman (HHI) para determinar o número efetivo de candidatos concorrendo em um município (dominância) e o número efetivo de cidades que um candidato concorre (dispersão). O índice HHI é utilizado na literatura de Organização Industrial para mensurar principalmente o número efetivo de firmas. Na literatura de Ciência Política, Crisp e Desposato (2004) utilizam este índice para medir o padrão de votos de senadores colombianos. A justificativa para a utilização do índice HHI é possibilidade de ponderar pelo o grau de competição em um município ou pelo grau de concentração de um candidato. Assim, para mensurar dispersão e dominância em nível de município, define-se

$$Dispersão_{ij} = \left(\sum_{j=1}^J \left(\frac{v_{ij}^{t-1}}{\sum_{i=1}^I v_{ij}^{t-1}} \right)^2 \right)^{-1} \times \left(\frac{v_{ij}^{t-1}}{\sum_{i=1}^I v_{ij}^{t-1}} \right) \quad \forall i,j \quad (4)$$

$$Dominância_{i,j} = \left(\sum_{i=1}^I \left(\frac{v_{ij}^{t-1}}{\sum_{j=1}^J v_{ij}^{t-1}} \right)^2 \right)^{-1} \times \left(\frac{v_{ij}^{t-1}}{\sum_{j=1}^J v_{ij}^{t-1}} \right) \quad \forall i, j \quad (5)$$

O primeiro termo da multiplicação é o inverso do índice HHI. Em (4) representa o número efetivo de municípios em que o deputado i competiu na eleição anterior. Na segunda expressão interpreta-se como o número efetivo de candidatos no município j na eleição passada. O segundo termo é simplesmente uma proporção dos votos anteriores. Para o índice de dispersão é a porcentagem de votos do município j no total de votos do candidato i ; para o índice de dominância é a participação do candidato i no total de votos do município j .

Para ilustrar o raciocínio do cálculo destes índices considere um candidato que obteve 10% dos votos da cidade de Borá-SP e outro que conquistou 10% dos votos do município de São Paulo-SP. Caso apenas a porcentagem de votos fosse considerada, estes dois candidatos apresentariam a mesma medida de dominância nos respectivos municípios. Contudo, é razoável alegar que a competição em São Paulo é mais intensa do que na cidade de Borá, sendo assim, obter 10% dos votos da Capital implica ter maior força eleitoral. Ao multiplicar a porcentagem de votos pelo número efetivo de candidatos no município se ajusta para a diferença no grau de competição das cidades. Raciocínio similar pode ser aplicado para o índice de dispersão. Contudo, agora se pondera pelo grau de dispersão do candidato. Considere um município no qual dois deputados, nomeados A e B, receberam 10% de seus votos totais. Considere ainda que segundo o índice HHI o parlamentar A concorreu efetivamente em dois municípios e o deputado B apresentou votação efetiva em cinco cidades. Sendo assim, o índice de dispersão construído aqui retornaria que o candidato A está mais concentrado no município comparado ao candidato B, que embora também possui 10% de seus votos na cidade, apresentou votação mais difusa em cinco municípios. Assim, a concentração/dispersão de um candidato em um município não está relacionada somente a porcentagem de votos que ele recebeu do município, o índice considera também da abrangência da votação total obtida pelo deputado.

Nas regressões a abaixo foram consideradas como variáveis explicativas os índices de dominância e dispersão usados para medir aspectos da estratégia política dos parlamentares. Os resultados são bastante similares aos obtidos com os modelos anteriores. Contudo, algumas variáveis como *emenda*, *já foi vereador* e *já foi prefeito* apresentam um decréscimo no valor do coeficiente. Particularmente a variável *emenda* continua significativa e o retorno

em votos permanece consistente nos quatro primeiros modelos testados, em torno de 5300 votos.

Tabela 13 – Regressão com índices de dominância e dispersão. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Emenda	5266,64*** (427,70)	5276,37*** (427,36)	5339,73*** (414,86)	5354,92*** (414,75)	1053,82 (716,91)
Índice emenda	-288,39 (211,83)	-3,44 (203,45)	-52,49 (180,36)	308,41 (219,98)	-258,93 (313,69)
Dummy partido	50,31*** (6,74)	13,93 (11,63)	50,54*** (6,61)	13,65 (11,52)	11,33 (10,89)
Dummy prefeito	6,46 (9,06)	4,96 (9,12)	7,63 (9,28)	6,41 (9,37)	43,37*** (11,87)
Dummy governador	6,18 (6,76)	-10,40 (10,07)	6,80 (6,68)	-10,03 (9,89)	-17,61** (7,70)
Dummy presidente	-68,61*** (11,05)	-64,01*** (14,88)	-70,99*** (11,08)	-67,44*** (15,01)	-53,71*** (11,38)
Nº legislatura	2,18 (6,97)	87,58** (42,54)	2,92 (6,71)	89,60** (41,06)	110,37** (49,57)
Nº legislatura ²	-0,20 (1,10)	-6,62* (3,67)	-0,30 (1,05)	-6,59* (3,51)	-5,09 (3,55)
Já foi vereador	13745,18*** (1842,56)	13669,33*** (1841,20)	13863,69*** (1818,88)	13812,29*** (1819,57)	-
Já foi prefeito	3488,89** (1384,85)	3393,20** (1378,68)	3636,02*** (1364,64)	3523,92*** (1360,37)	-
Dominância	264,71*** (31,04)	231,48*** (32,06)	285,61*** (31,66)	246,39*** (32,71)	17,56 (33,50)
Dispersão	2231,21*** (140,41)	2331,58*** (144,70)	2117,89*** (139,58)	2232,07*** (144,18)	-545,45*** (136,47)
Efeito fixo					
deputado	não	sim	não	sim	não
município	não	não	sim	sim	não
deputado-município	não	não	não	não	sim
R ²	0,45	0,47	0,47	0,48	0,79
N	392427	392427	392427	392427	392427

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Efeito fixo da eleição, dos partidos e dos estados é considerado em todos os modelos.

Demais regressores: eleitorado do município, eleitorado do município², eleitorado do estado, idade², sexo, dummy CMO, dummy coligação presidente, variáveis referentes a cargos políticos exercido anteriormente.

Variáveis emenda e índice emenda estão em milhões de reais de 2008.

Erro padrão robusto entre parêntesis.

Analisando os índices propriamente, verifica-se que dominância tem impacto positivo sobre desempenho eleitoral. No entanto, no último modelo seu coeficiente deixa de ser

significante. Possivelmente porque dominância municipal do político apresenta pouca variação ao longo das eleições, sendo assim, seu impacto passa a ser captado pelo efeito fixo deputado-município.

Segundo os resultados obtidos nos quatro primeiros modelos testados, ter dispersado a votação traz votos ao deputado na eleição seguinte. Entretanto, ao acrescentar o efeito fixo deputado-município, o sinal do coeficiente se torna negativo, porém continua significativa. Um provável argumento é que ao controlar pelo efeito fixo toda a relação candidato-município estável ao longo das eleições passa a ser absorvida por este, restando apenas o efeito de aspectos que se alteram. Assim, no Modelo 5 o sinal negativo reflete a insatisfação dos eleitores de quando o candidato muda a concentração de esforços no município em relação às campanhas passadas.

Anexo

Descrição das variáveis

Tabela 14 – Descrição das variáveis modelo agregado.

Emenda: Soma de todas as emendas municipais do deputado executadas no estado pelo qual ele concorre à reeleição durante os três primeiros anos de sua legislatura
Dummy partido: variável dummy igual a um se o deputado não mudou de partido e zero, caso contrário
Dummy governador: variável dummy igual a um se o partido do deputado é o mesmo do governador no período da eleição e zero, caso contrário
Dummy coligação: variável dummy igual a um se o partido do deputado pertence à coligação do presidente no período da eleição e zero, caso contrário
Dummy presidente: variável dummy igual a um se o partido do deputado é o mesmo do presidente no período da eleição e zero, caso contrário
Despesa de campanha: valor total dos gastos de campanha reportados ao TSE na eleição na qual o deputado tenta a reeleição
Eleitorado do estado: número total de eleitores do estado pelo qual o deputado concorre à reeleição. Tal variável controla para a diferença da dimensão dos distritos eleitorais, permitindo comparar os candidatos entre os estados.
Idade: idade do deputado no dia da eleição
Sexo: variável dummy igual a um se do sexo feminino e zero, caso contrário
Nº legislatura: número de legislaturas anteriores
Nº prefeito: número de vezes que já foi eleito prefeito
Nº vereador: número de vezes que já foi eleito vereador
Nº deputado estadual: número de vezes que já foi eleito deputado estadual
Nº governador: número de vezes que já foi eleito governador
Nº senador: número de vezes que já foi eleito senador

Tabela 15 – Descrição das variáveis modelo desagregado.

Emenda: Soma de todas as emendas individuais municipais com autoria do deputado executadas no município durante os três primeiros anos de sua legislatura

Dummy partido: variável dummy igual a um se o deputado não mudou de partido e zero, caso contrário

Dummy prefeito: variável dummy igual a um se o partido do deputado é o mesmo do prefeito do município no período da eleição e zero, caso contrário

Dummy governador: variável dummy igual a um se o partido do deputado é o mesmo do governador no período da eleição e zero, caso contrário

Dummy coligação: variável dummy igual a um se o partido do deputado pertence à coligação do presidente no período da eleição e zero, caso contrário

Dummy presidente: variável dummy igual a um se o partido do deputado é o mesmo do presidente no período da eleição e zero, caso contrário

Eleitorado: número total de eleitores do município no mês da eleição Tal variável controla para a diferença da dimensão dos municípios, permitindo comparação entre candidatos e municípios.

Eleitorado do estado: número total de eleitores do estado pelo qual o deputado concorre à reeleição. Tal variável controla para a diferença da dimensão dos distritos eleitorais, permitindo comparar os candidatos entre os estados.

Idade: idade do deputado no dia da eleição

Sexo: variável dummy igual a um se do sexo feminino e zero, caso contrário

N° legislatura: número de legislaturas anteriores

N° prefeito: número de vezes que já foi eleito prefeito

N° vereador: número de vezes que já foi eleito vereador

N° deputado estadual: número de vezes que já foi eleito deputado estadual

N° governador: número de vezes que já foi eleito governador

N° senador: número de vezes que já foi eleito senador

Já foi vereador: variável dummy igual a um se o deputado já exerceu mandato de vereador no município e zero, caso contrário

Já foi prefeito: variável dummy igual a um se o deputado já exerceu mandato de prefeito no município e zero, caso contrário

PIB: renda do município no ano da eleição (fonte: Ipeadata)

População: população do município no ano da eleição (fonte: IBGE)

Estatística descritiva da amostra

Tabela 16 – Estatística descritiva da amostra dados agregados por candidato.

	Mediana	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
voto total	71655	79345,66	54938,69	85	573524
emenda	3747292	3653552,00	2387722,00	0	11118630
dummy partido	1	0,71	0,45	0	1
dummy governador	0	0,22	0,41	0	1
dummy coligação	0	0,32	0,47	0	1
dummy presidente	0	0,18	0,39	0	1
eleitorado estado	6846077	8755451,00	7806817,00	170620	28000000
idade	52	52,38	9,53	25	84
sexo	0	0,06	0,24	0	1
dummy CMO	0	0,06	0,23	0	1
n° legislaturas	2	2,19	1,38	1	9
n° prefeito	0	0,20	0,49	0	3
n° vereador	0	0,35	0,70	0	4

Tabela 16 – (Continuação) Estatística descritiva da amostra dados agregados por candidato.

n° dep. estadual	0	0,55	1,05	0	7
n° governador	0	0,03	0,20	0	2
n° senador	0	0,02	0,17	0	2
despesa de campanha	249751	356889,60	362480,10	992	3850333

Tabela 17 – Estatística descritiva da amostra dados desagregados.

	Mediana	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
voto	6	226,51	2112,64	0	247530
voto anterior	4	204,10	2258,78	0	660280
emenda	0	10429,70	93175,80	0	8537962
índice emenda	14882	22778,70	38045,10	0	11723240
eleitorado	7499	24993,88	178816,50	617	7947261
dummy partido	1	0,75	0,43	0	1
dummy prefeito	0	0,14	0,35	0	1
dummy governador	0	0,21	0,41	0	1
dummy coligação	0	0,31	0,46	0	1
dummy presidente	0	0,19	0,40	0	1
eleitorado estado	11800000	12900000,00	8319136,00	170620	28000000
idade	53	53,14	9,46	25	84
sexo	0	0,05	0,21	0	1
dummy CMO	0	0,06	0,24	0	1
n° legislaturas	2	2,21	1,31	1	9
n° prefeito	0	0,19	0,48	0	3
n° vereador	0	0,38	0,75	0	4
n° dep. estadual	0	0,53	1,04	0	7
n° governador	0	0,02	0,17	0	2
n° senador	0	0,02	0,16	0	2
despesa campanha	285111	397718,60	359386,80	992	3850333
PIB	44787	400232,80	4622305,00	1192.715	283000000
população	10609	37532,55	254442,40	781	11000000
já foi vereador	0	0,00	0,03	0	1
já foi prefeito	0	0,00	0,02	0	1

Regressões adicionais

Tabela 18 – Voto total obtido pelo deputado regredido contra *dummies* de partido.

	Coeficiente	Erro padrão
PDT	-25011***	8608
PT	6931	7717
PTB	-17489**	6981
PMDB	3060	6526
PSTU	-6920	5357
PTRB	44130***	5357
PST	35795***	5357
PTN	-52835***	5357
PSC	-35902***	13882
PL	-8283	8460
PPS	-15357**	7531
PFL	-1091	6514
PHS	-26444***	5357
PRN	-45030***	5357
PSB	-14221	9097
PSD	-31578***	5907
PV	11385	34213
PSDB	2914	6444
PSOL	-2693	21049
PRONA	80407	95831
PC DO B	22060	16438
Constante	80711***	5357
R ²	0,04	
N	1154	

Tabela 19 – Probit: dummy emenda executada no município.

	dF/dx	Erro padrão
Dummy emenda anterior	0,21***	0,01
Pseudo - R ²	0,10	
N	267565	

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Demais regressores: voto anterior no município, eleitorado do município.

Tabela 20 – Regressão modelo simplificado com despesa de campanha como regressor. Variável dependente: votos absolutos do deputado no município.

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Emenda	6646,15*** (400,84)	6697,05*** (399,97)	6642,79*** (396,69)	6698,21*** (395,99)	1040,82 (713,38)
Índice emenda	338,95 (221,17)	790,19** (325,84)	772,78*** (294,40)	1350,94*** (487,79)	-227,75 (261,64)
Dummy partido	47,16*** (6,89)	10,51 (12,18)	47,78*** (6,75)	9,93 (11,95)	8,42 (10,76)
Dummy prefeito	13,97 (9,21)	10,32 (9,27)	20,15** (9,43)	16,50* (9,95)	41,72*** (11,49)
Dummy governador	7,00 (6,87)	-11,19 (10,03)	7,32 (6,76)	-10,92 (9,97)	-18,01** (7,38)
Dummy presidente	-79,59*** (11,25)	-87,70*** (15,50)	-83,94*** (11,40)	-92,40*** (15,79)	-62,81*** (11,34)
Nº legislatura	6,66 (7,22)	162,35*** (50,60)	7,49 (6,92)	171,10*** (49,33)	79,32 (56,52)
Nº legislatura ²	-0,14 (1,16)	-6,05* (3,56)	-0,27 (1,10)	-6,16* (3,38)	-5,22 (3,38)
Já foi vereador	16232,00*** (1809,85)	16242,33*** (1803,73)	15790,96*** (1804,57)	15800,36*** (1799,96)	-
Já foi prefeito	5850,84*** (1466,84)	5839,88*** (1462,43)	5745,46*** (1455,73)	5727,74*** (1452,35)	-
Despesa de campanha	121,22*** (10,79)	44,57** (19,97)	120,71*** (10,52)	40,32** (19,80)	67,17*** (14,40)
Efeito fixo					
deputado	não	sim	não	sim	não
município	não	não	sim	sim	não
deputado-município	não	não	não	não	sim
R ²	0,42	0,43	0,44	0,45	0,79
N	397286	397286	397286	397286	397286

* p<0,10, ** p<0,05, *** p<0,01

Efeito fixo da eleição, dos partidos e dos estados é considerado em todos os modelos.

Demais regressores: eleitorado do município, eleitorado do município², eleitorado do estado, idade, idade², sexo, dummy CMO, dummy coligação presidente, variáveis referentes a cargos políticos exercidos anteriormente.

Variáveis emenda, índice emenda e despesa de campanha estão em milhões de reais de 2008.

Erro padrão robusto entre parêntesis.